



**Dissertação de Mestrado**

**O PLANEJAMENTO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA DOS PROFESSORES QUE ATUAM EM UMA  
ESCOLA PÚBLICA DE SANTA MARIA (RS)**

---

**Ângela Bortoli Jahn**

**PPGE**

**Santa Maria (RS), Brasil**

**2004**

**O PLANEJAMENTO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA DOS PROFESSORES QUE ATUAM EM UMA  
ESCOLA PÚBLICA DE SANTA MARIA (RS)**

---

por

**Ângela Bortoli Jahn**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração Práticas Educativas nas Instituições, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de

**Mestre em Educação**

**PPGE**

**Santa Maria (RS), Brasil**

**2004**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**O PLANEJAMENTO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DOS  
PROFESSORES QUE ATUAM EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE  
SANTA MARIA (RS)**

Elaborada por

**Ângela Bortoli Jahn**

Como requisito parcial para obtenção do grau de

**Mestre em Educação**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvana Vilodre Goellner – UFRGS (Orientadora)**

---

**Prof.<sup>o</sup> Dr. Leomar Tesche – UNIJUÍ**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elisete Medianeira Tomazzetti - UFSM**

**Santa Maria, outubro de 2004**

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”.

Madre Teresa de Calcutá

Dedico esta dissertação à minha  
filha **Camila**, amiga e companheira de todas as  
horas, razão do meu viver.

## AGRADECIMENTOS

Ao término desta dissertação multiplicam-se os agradecimentos e estes se estendem a todas as pessoas com quem convivo e àquelas que de maneira direta ou indireta colaboraram com a construção desta pesquisa, repartindo experiências, conhecimentos, compartilhando dúvidas, alegrias e tristezas, criticando construtivamente e incentivando-me nessa caminhada.

À minha filha Camila, por preencher minha vida com sua presença. Obrigada pela solidariedade, amizade e compreensão durante minha ausência na fase de conclusão da dissertação.

À minha mãe Anita, pelo incentivo, amor e dedicação, por ter compartilhado comigo a sua sabedoria, contribuindo significativamente na construção desta dissertação.

Ao meu pai Curt, pelo constante apoio e carinho demonstrado ao longo da minha trajetória de vida.

Aos meus irmãos Daniela, Gabriela e Tiago, com quem compartilhei os momentos de alegrias, dividi as angústias e juntos comemoramos pequenas vitórias.

Ao Paulo Henrique, com quem compartilho diariamente a alegria de viver. Obrigada pela sua compreensão, seu amor e carinho.

À minha avó Augusta, pelo carinho, exemplo e testemunho de vida.

À tia Dinara, pela amizade, incentivo e pelos momentos de diálogo. Também pela disponibilidade, questionamentos, sugestões e envolvimento ao longo deste trabalho, auxiliando-me sempre que a ela recorria.

À minha sogra Vanderli, pelo carinho, amizade, pela oportunidade de convivência e aprendizado constante.

A todos os meus familiares e amigos de Santa Rosa, meu carinho e gratidão.

Às amigas Rose e Susi, pela força, amizade e companheirismo.

Ao amigo Fernando Neitzke, pelo apoio e incondicional incentivo.

Aos colegas do programa de Pós-Graduação em Educação, em especial a Delires, Márcia, Cleonice, Sandra, Gustavo, Fernando, Marcelo, Cátia, Jamaica, pela partilha de alegrias, angústias e preocupações.

À minha orientadora professora Silvana, pela orientação, disponibilidade e atenção, possibilitando a defesa desta dissertação.

À professora Ingrid Marianne Baecker, pela amizade, pela orientação inicial, e pelo convívio com o qual muito aprendi.

Às professoras do programa de Pós-Graduação Valeska e Elisete, pelo carinho e dedicação, pelas significativas contribuições e sugestões que em muito auxiliaram na elaboração desta dissertação.

Ao professor Leomar Tesche, pela disponibilidade em ler esta pesquisa e fazer parte da Banca Examinadora.

À professora Isabel Baggio, pelas contribuições ao projeto de pesquisa.

Ao programa de Pós-Graduação em Educação por proporcionar minha formação continuada, oportunizando-me diversas experiências enquanto profissional na área da Educação.

Aos colegas, sujeitos deste estudo, pela disponibilidade em participar diretamente desta pesquisa.

A DEUS, pela vida e por proporcionar a passagem de todas essas pessoas pelo meu caminho.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ANEXOS.....</b>	<b>ix</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>x</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>xi</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I – PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO II – PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO FÍSICA .....</b>	<b>36</b>
<b>CAPÍTULO III – OS CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>50</b>
<b>CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES .....</b>	<b>66</b>
<b>CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS.....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>110</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>116</b>



## LISTA DE ANEXOS

<b>ANEXO 1</b> - Roteiro utilizado para a Técnica de Coleta de Dados: Entrevista Semi-Estruturada com os Professores de Educação Física que atuam nas séries finais do Ensino Fundamental da Escola Básica Estadual Dr. Paulo Devanier Lauda.....	117
<b>ANEXO 2</b> - Roteiro utilizado para a Técnica de Coleta de Dados: Entrevista Semi-Estruturada com a Equipe Diretiva da Escola Básica Estadual Dr. Paulo Devanier Lauda.....	119

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós Graduação em Educação  
Universidade Federal de Santa Maria

### **O PLANEJAMENTO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DOS PROFESSORES QUE ATUAM EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SANTA MARIA (RS)**

Autora: Ângela Bortoli Jahn  
Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Silvana Vilodre Goellner

**Palavras- chave:** educação, educação física, planejamento, planejamento de aula, prática pedagógica

O presente estudo tematiza o Planejamento das Aulas de Educação Física, onde busquei investigar como os professores de Educação Física do Ensino Fundamental de uma Escola Pública de Santa Maria (RS) compreendem o planejamento de aula e como o aplicam na sua prática educativa, tendo como linha de pesquisa Práticas Educativas nas Instituições. Para conhecer como se processa o planejamento das aulas de Educação Física nessa Escola, utilizei como instrumento de coleta de dados nessa pesquisa qualitativa a entrevista semi-estruturada. Foram entrevistados os quatro professores de Educação Física que atuam nas séries finais do Ensino Fundamental, bem como a Equipe Diretiva da escola. Em relação à escolha dos participantes deste estudo, acredito que os professores, juntamente com os alunos, são os atores principais da prática pedagógica, através do qual o planejamento de ensino se concretiza. Para analisar os resultados obtidos no trabalho de campo utilizei a técnica da análise de conteúdo. Através de leituras e releituras das entrevistas, agrupei os dados em quatro categorias que considero relevantes para investigar o tema abordado. São elas: a) A Concepção e o Papel da Educação Física Escolar; b) A Prática Pedagógica do Professor de Educação Física, c) Conteúdos Trabalhados na Educação Física, d) Planejamento de Aula dos professores de Educação Física. As falas dos entrevistados apontam para a importância do planejamento, no entanto, constatei que os professores não sistematizam por escrito o seu plano de aula, não dando a devida importância à elaboração de documentos que registram suas atividades. É de fundamental importância considerar que planejar é um dos instrumentos que auxilia a escola e o professor a serem mais competentes na tarefa de educar.

## ABSTRACT

Master Degree Dissertation in Education  
Graduate Program in Education  
Federal University of Santa Maria, RS, Brasil

### THE PLANNING OF THE LESSONS OF PHYSICAL EDUCATION OF THE PROFESSORS WHO ACT IN A PUBLIC SCHOOL OF SANTA MARIA (RS)

Author: Ângela Bortoli Jahn  
Advisor: Doctor Silvana Vilodre Goellner

**Keywords:** education, physical education, planning, planning of lesson, practical pedagogical

The present study approach the Planning of the Lessons of Physical Education, where I searched to investigate as the professors of Physical Education of Basic Ensino of a Public School of Santa Maria (RS) understand the planning of lesson and as they apply it in educative practical its, having as Educative Practical line of research in the Institutions. To know as if it processes the planning of the lessons of Physical Education in this School, I used as instrument of collection of data in this qualitative research the half-structuralized interview. The four professors of Physical Education who act in the final series of Basic Ensino, as well as the Directive Team of the school had been interviewed. Relation to the choice of the participants of this study, I believe that the professors, together with the pupils, are the principal actors of practical the pedagogical one, through which the planning of education if he materialize. To analyze the results gotten in the field work I used the technique of the content analysis. Through readings of the interviews, I grouped the data in four categories that I consider excellent to investigate the boarded subject. They are they: a) The Conception and the Paper of the Pertaining to school Physical Education; b) Practical Pedagogical of the Professor of Physical Education, c) Contents Worked in the Physical Education, d) Planning of Lesson of the professors of Physical Education. You say them of the interviewed ones point with respect to the importance of the planning, however, I evidenced that the professors do not systemize for writing its plan of lesson, not giving the had importance to the document elaboration that registers its activities. It is of basic importance to consider that to plan he is one of the instruments that assist the school and the professor to be more competent in the task to educate.

## INTRODUÇÃO

A realização do presente trabalho surgiu de uma constante inquietude diante da minha prática docente. Enquanto professora de Educação Física do Ensino Fundamental e Médio, na rede pública municipal e estadual, há 12 anos, foi possível perceber que as aulas de Educação Física por mim ministradas não estavam atendendo plenamente aos anseios e necessidades tanto minhas, quanto dos meus alunos, isto é, daqueles com quem vinha interagindo.

Preocupada, então, com a minha prática pedagógica e percebendo que esta realidade era vivenciada, também, por alguns colegas de área, entendi que era necessário procurar outra fonte de conhecimento para melhor qualificar minha intervenção docente.

Enquanto buscava alternativas para minimizar minha preocupação com esta realidade, fui convidada para trabalhar na Coordenação Pedagógica de uma escola estadual, onde já estava atuando, no município de Santa Rosa (RS). Assumindo como coordenadora, senti a necessidade de intensificar leituras referentes à Educação, bem como à Educação Física. Foi nesse contexto que parti em busca de uma maior qualificação, conquistando, então, uma vaga no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Santa Maria, no ano de 2001.

Com essa nova oportunidade, no início de 2002, deixei a cidade de Santa Rosa, fixando minha residência em Santa Maria (RS), onde, além de participar das aulas no Mestrado, continuei trabalhando como professora de Educação Física em uma escola pública estadual, no referido município.

O contexto no qual surge esta Dissertação de Mestrado com o título **“O Planejamento das Aulas de Educação Física dos Professores que atuam em uma Escola Pública de Santa Maria (RS)”** está, portanto,

relacionado com a minha prática docente, inclusive porque a escola escolhida para realizar este estudo é a mesma onde atuo como professora.

Acreditando que a prática pedagógica é composta por elementos, tais como o planejamento escolar, o ensino, a avaliação, entre outros, que no cotidiano das atividades docentes atuam de forma inter-relacionada, expressando em si a concepção de ser humano, mundo e sociedade que os professores produzem e reproduzem, enfoquei o planejamento nas aulas de Educação Física como a temática central dessa dissertação.

Essa escolha parte do pressuposto de que o Planejamento Educacional tem como finalidade evitar a improvisação, prever o futuro e estabelecer caminhos que possam nortear a execução da ação educativa, estabelecendo metas, proporcionando novas experiências, propondo trabalhos, possibilitando acompanhamento e replanejamento, quando for constatada necessidade para tal.

Na atividade do professor, o planejamento é essencial e não deve fazer parte somente das atividades de início de ano letivo, quando ele toma conhecimento das turmas em que irá atuar, realiza seu planejamento anual, define os objetivos, seleciona os conteúdos ou ainda, como é possível verificar, quando repete antigas fórmulas que deram certo, em outro momento, em outras turmas, desconsiderando as características e necessidades do grupo atual.

Entendo que o planejamento não deve ser visto somente como instrumento normativo na organização da escola ou atividade mecânica e burocrática, mas deve ser reconhecido como processo de reflexão onde se estabelece “para onde ir” e quais as maneiras adequadas de alcançar os propósitos estabelecidos, sendo parte constitutiva e importante no desenvolvimento do trabalho escolar.

Feitas essas considerações, cabe ressaltar que ao focar o planejamento de aula dos professores de Educação Física do Ensino Fundamental, essa dissertação apresenta a seguinte questão orientadora:

- Como os professores de Educação Física do Ensino Fundamental de uma Escola Pública de Santa Maria (RS) compreendem o planejamento de aula e como o aplicam na sua prática educativa?

Além dessa, outras questões também orientam a pesquisa e podem ser assim identificadas:

- Qual o significado que os professores de Educação Física participantes desta pesquisa atribuem ao Planejamento de Aula?

- Como os professores de Educação Física da referida escola elaboram e executam as aulas de Educação Física?

Após a contextualização inicial que apresenta a temática bem como as questões que orientaram essa pesquisa, apresento, agora, a sua organização.

O primeiro e o segundo capítulos têm a finalidade de apresentar os caminhos percorridos na construção do referencial teórico. O primeiro capítulo com o título “**Planejamento na Educação**” aborda a Educação, destacando a Instituição Escola, local onde o professor desenvolve a sua prática pedagógica. Faço referência ao Planejamento na Educação ressaltando a sua importância, bem como o que consta na legislação vigente sobre esse assunto.

O segundo capítulo intitulado “**Planejamento na Educação Física**” refere-se à Educação Física, onde apresento diferentes abordagens e tendências, concebidas ao longo do desenvolvimento dessa disciplina curricular no campo escolar, o que poderá servir para melhor contextualizar os relatos feitos pelos sujeitos desta pesquisa. Também nesse capítulo abordo o Planejamento de Aula do Professor de Educação Física, como um

dos instrumentos básicos para promover o processo de ensino e aprendizagem nas aulas de Educação Física.

O terceiro capítulo denomina-se “**Os Caminhos da Investigação**” e apresenta os procedimentos metodológicos escolhidos para abordar e investigar as questões norteadoras da pesquisa. Nele descrevo a caracterização do estudo, o trabalho de campo, a escola investigada, os sujeitos participantes deste estudo, os instrumentos utilizados para a coleta das informações, bem como a opção metodológica escolhida para analisar essas informações.

No quarto capítulo que trata da “**Apresentação, Interpretação e Análise das Informações**” faço a análise e interpretação das entrevistas, através da percepção dos entrevistados em relação às categorias de análise que são: a) A Concepção e o Papel da Educação Física Escolar, b) A Prática Pedagógica do Professor de Educação Física, c) Conteúdos Trabalhados na Educação Física, d) Planejamento das Aulas de Educação Física.

Posteriormente apresento as **Considerações Transitórias**, bem como as contribuições do presente trabalho em relação ao objeto de estudo do mesmo.

## CAPÍTULO I

### PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO

Assim é o planejamento. Há os que julgam que insistir no planejamento é buscar prisões, impedir a inspiração, esquecer-se das pessoas. Isso realmente é assim, quando há os que dominam o planejamento, os que realizam o planejamento burocrática e tecnocraticamente. Não é assim para aqueles que usam o planejamento como uma estrada asfaltada para ir mais depressa a algum lugar. Pode-se dizer que o asfalto tira a liberdade porque nos constrange a ir por ele sem nos deixar o caminho dos campos e das cachoeiras. Mas se temos a liberdade de escolher os lugares onde queremos ou precisamos ir, o asfalto é um modo de irmos melhor.

(Gandin, 1986, p.103)

Ao longo do processo histórico da humanidade, a Educação teve e tem grande importância, uma vez que o ser humano se constrói nas relações com o mundo, criando instrumentos, normas, códigos de comunicação e convivência em um determinado grupo. Saviani (1997, p.01) afirma que “desde que o homem é homem ele vive em sociedade e se desenvolve pela mediação da Educação”. Assim sendo, é através da Educação que nos constituímos como indivíduos e como sociedade.

Novas políticas educacionais são apresentadas, principalmente através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>1</sup>, do Plano Nacional de Educação (Projeto Lei nº 4.173/98) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), redefinindo os rumos da educação escolar brasileira.

---

<sup>1</sup>A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, lei nº 9394 foi promulgada em 20 de dezembro de 1996. Segundo o parecer nº 323/99 do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, a nova LDB gerou grande expectativa quando da sua publicação, pelas alterações que introduziu no universo educacional brasileiro, especialmente no que se refere à flexibilidade de organização do ensino e à ampliação da autonomia conferida às escolas com a descentralização de decisões.



Quanto à Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo primeiro, faz a seguinte referência: “A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. O artigo que trata ‘Dos Princípios e Fins da Educação Nacional’ esclarece: “A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade, e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Conforme Libâneo (2001), a Educação é vista como

um fenômeno social inerente à constituição do homem e da sociedade, integrante, portanto, da vida social, econômica, política, cultural. Trata-se, pois, de um processo global entranhado na prática social, compreendendo processos formativos que ocorrem numa variedade de instituições e atividades (...), nas quais os indivíduos estão envolvidos de modo necessário e inevitável, pelo simples fato de existirem socialmente (p.90).

Nesse sentido, percebe-se que a Educação é entendida como prática articulada e integrada a um projeto de sociedade. Assim sendo, faz-se necessário partir do fato de que a ação educativa não é neutra, pois está vinculada à sociedade, às relações de produção e ao sistema político vigente. Não se pode negar que a Educação é produto da sociedade, mas, nem por isso, deixa de ser um instrumento importante no processo de transformação dessa mesma sociedade. Reforçando tal idéia, Gadotti afirma que “O sistema educacional de um país é o prolongamento de um sistema social e político. Em conseqüência não poderá estar mais atrasado ou mais adiantado do que este” (1980, p.20).

A educação dos membros de uma sociedade, segundo Sacristán (2000), é uma condição para o progresso dessa sociedade, bem como para

a integração dos indivíduos. Afirma, ainda, que “educação socializa não apenas reproduzindo, quando transmite conhecimentos, valores e normas de conduta, mas também produzindo laços com o mundo, à medida que habilita para ser e entender-se como um membro deste” (p.154).

No contexto da Educação encontra-se a instituição Escola que é um dos espaços privilegiados da educação formal, onde, através dos currículos e instrumentos específicos, muitos valores e conhecimentos são transmitidos e reconstruídos pelas novas gerações.

Para alguns autores, entre eles Baggio (2000, p.36),

a escola é uma das instituições sociais construídas historicamente, onde se efetiva a educação formal, organizada, sistematizada e pautada em objetivos determinados, buscando a socialização do homem, a qual permite o crescimento deste dentro de um contexto específico e cultura dominante.

Com referência à escola, Surdi (1999, p.86) destaca que ela é “uma instituição social por onde circulam saberes, onde se constroem espaços, onde se pode lutar pelas transformações sociais, onde se constroem identidades”. Na escola deve haver espaços para as transformações, para o erro, para as contradições, para a colaboração mútua e a criatividade. Para que aconteça a transformação, a mudança, é importante termos uma escola assim, em que professores e alunos tenham autonomia, possam pensar, refletir sobre o próprio processo de construção de conhecimentos e ter acesso a novas informações.

Nos últimos 30 anos, segundo uma publicação da Apeoesp<sup>2</sup>, desfez-se o consenso social a respeito dos objetivos e valores que a escola deve fomentar ao promover a integração das crianças e jovens com a cultura dominante. Ao mesmo tempo a escola tem sido chamada a desempenhar

---

<sup>2</sup> Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, janeiro de 2001). Caderno de Formação nº 10-Planejamento

tarefas educacionais básicas para compensar as carências do meio social de origem dos alunos, o que se traduz em uma desafiante diversificação das funções docentes e no aumento das contradições vividas pelos professores. A escola também já não é vista como garantia de promoção social para os mais desfavorecidos, o que contribui para a diminuição do seu respaldo social.

Diante desse contexto, o papel da escola deve ser repensado, especialmente no que diz respeito à sua relação com o conhecimento e com a sociedade. Para refletir sobre esse tema, utilizo-me de alguns autores que têm discutido a escola, como, por exemplo, Selma Garrido Pimenta, Gaudêncio Frigotto, Mário Osório Marques e Paulo Freire.

O papel da escola, segundo Pimenta (1998), é de garantir o acesso ao conhecimento de qualidade a todas as crianças e jovens, a fim de que se situem no mundo, que é rico em avanços civilizatórios, mas que em decorrência apresenta imensos problemas de desigualdade social, econômica e cultural. A autora afirma que

A tarefa da escola é inserir as crianças e os jovens, tanto no avanço como na problemática do mundo de hoje, através da reflexão, do conhecimento, da análise, da compreensão, da contextualização, do desenvolvimento de habilidades e atitudes. A identidade da escola nesse processo é garantir que as crianças e os jovens sejam capazes de pensar e gestar soluções para que se apropriem da riqueza da civilização e dos problemas que essa mesma civilização produziu. É nessa contradição que se define o papel da escola hoje (Ibid, p.50).

Segundo o Parecer nº 323/99 do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, que trata das Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para o Sistema Estadual de Ensino, muitas vezes tem se repetido que o papel da escola perdeu grande parte de sua importância, em razão da multiplicação de fontes de informação disponíveis

(p.32). Um dos novos papéis da escola passa a ser, exatamente, o de processar o saber de acordo com o seu significado, de modo que, a partir de uma sociedade de informação se possa construir uma sociedade do conhecimento. O referido Parecer também descreve que essa não é uma tarefa que o professor possa realizar sozinho, na solidão de sala de aula, mas exige uma postura do grupo de professores, uma nova forma de encarar sua profissão, uma nova maneira de compreender seu papel dentro da escola e da sociedade.

Ao refletir sobre essa questão, Frigotto ressalta que a escola é um elemento fundamental para se entender a sociedade, movimentando-a para outra direção. Segundo este autor, uma boa escola deve ter três características: preparar o aluno para ler a realidade; ter um método ativo de pensamento, onde o aluno não apenas decora e repete, mas entende a ciência dos fenômenos; a escola deve saber a serviço de quem está<sup>3</sup>.

Outro autor que se refere à escola como espaço de educação é Mário Osório Marques, quando salienta que “a escola deve ser vista como um texto escrito por muitas mãos, as de quantas instâncias sociais e os grupos humanos nela atuantes. Texto exigente de uma leitura criativa, para que na escola possam ativamente e energicamente posicionar-se educadores/educandos” (1996, p.63-64).

As atividades realizadas no contexto da escola, através das relações entre educadores e educandos, configuram-se como uma das condições para que os saberes de ambos possam ser trocados e, acima de tudo, problematizados e superados.

Ao refletir sobre a importância da escola, Paulo Freire escreve que

a escola é aventura, que marcha, que não tem medo do risco, porque recusa o imobilismo. A escola em que se

---

<sup>3</sup> Palestra intitulada ‘Paradigmas para a Escola Hoje’ proferida por Gaudêncio Frigotto durante o IV Congresso Internacional de Educação Popular, realizado em Santa Maria/RS, no período de 21 a 24 de maio de 2003.

pensa, em que se atua, em que se cria, em que se fala, em que se ama, se adivinha, a escola que apaixonadamente diz sim à vida. E não a escola que emudece e me emudece (2001, p.15).

Essa representação de escola a que se refere Freire, tão sonhada e idealizada por alguns educadores, desempenha um papel fundamental no educar, proporcionando condições à construção do conhecimento e da cidadania. Desta forma, o educador que assume tal postura faz de sua prática um compromisso com a vida, preparando o aluno para atuar no presente, comprometido com os desafios do futuro, colabora, portanto, com a formação de uma pessoa com capacidade crítica e capaz de relacionar e interagir com os outros.

Embora sabendo que a escola não é o único espaço para se provocar a efetiva mudança social, mesmo assim entendo que ela se constitui como um espaço fundamental para o acesso ao conhecimento, o qual poderá permitir a emancipação e a formação do cidadão crítico e participativo. Para tanto, torna-se necessário repensá-la em conjunto com os segmentos da sociedade, com o intuito de uma luta coletiva em prol de uma escola de qualidade.

Nessa perspectiva, é de fundamental importância que a escola se organize de forma a proporcionar condições para uma ampla participação de professores, alunos, funcionários, pais, representantes dos diferentes segmentos sociais da comunidade, de forma a oportunizar um processo mais coletivo que possa apontar questões pertinentes à construção de uma ação educativa voltada para a humanização e a construção da cidadania.

Objetivando contribuir para o campo educacional, abordo nesta pesquisa o planejamento do professor de Educação Física de uma escola pública de Santa Maria (RS), observando-o como uma das formas de organização do trabalho docente no cotidiano da educação escolar.

A fim de compreender o tema em questão, busquei fundamentar essa pesquisa em autores, cuja produção está referenciada no Planejamento. Entre as definições de planejamento merece destaque a de Nélío Parra (1975, p.6), quando afirma que “planejar consiste em prever e decidir sobre: o que pretendemos realizar; o que vamos fazer, como vamos fazer; o que e como vamos analisar a situação, a fim de verificar se o que pretendemos foi atingido”.

No que se refere ao processo de planejamento, são três as perguntas básicas que devem ser realizadas: “O que queremos alcançar? A que distância estamos daquilo que queremos alcançar? O que faremos concretamente para diminuir esta distância?” (Gandin, 1986, p.20).

O planejamento é um processo mental que envolve análise, reflexão e previsão. Conforme Haydt (2000), um questionamento não pode deixar de ser feito: por que e para que planejamos? Em resposta, a autora afirma que o planejamento contribui para atingir os objetivos desejados, bem como superar dificuldades, além de controlar a improvisação.

Para alguns autores, entre eles a acima mencionada, planejar é uma atividade tipicamente humana e está presente na vida de todos os indivíduos, nos mais variados momentos. Discussão semelhante a esta apresenta Dalmás (1994), quando ressalta que o planejamento relaciona-se com a vida diária do ser humano, na medida em que se vive planejando, pois sempre que se buscam determinados fins, relacionam-se alguns meios necessários para atingi-los e isso, de certa forma, é planejamento.

Assim sendo, “se qualquer atividade humana exige planejamento, a educação não foge dessa exigência” (Piletti, 1995, p.61).

Na educação brasileira, a prioridade conferida ao processo de planejamento e à elaboração de planos, conforme Damis (1996), está intimamente relacionada ao processo histórico de desenvolvimento da sociedade. Ressalta esta autora que, a partir de 1930, foi dada ênfase à

“elaboração de planos visando à definição de objetivos, à previsão de estratégias de ação e ao controle dos resultados da ação pedagógica, como condições para garantir a produtividade do sistema escolar” (p. 176), e que entre 1960-1970 tal ênfase foi ampliada. Tornaram-se, assim, o planejamento e a elaboração de planos escolares os principais tópicos dos programas curriculares que habilitavam o profissional da educação brasileira.

A autora acima mencionada, Damis (1996), também destaca que essa prioridade colocada no planejamento como meio para a escola desempenhar com eficiência e eficácia sua função social, pode ser percebida em um relatório de uma Conferência Internacional sobre Planejamento e Educação, realizado pela Unesco, em Paris, no período de 06 a 14 de agosto de 1968<sup>4</sup>.

A concepção de Planejamento Educacional explicitada no referido relatório da Unesco é a seguinte:

O planejamento educacional é, antes de tudo, aplicar à própria educação aquilo que os verdadeiros educadores se esforçam por inculcar a seus alunos: uma abordagem racional e científica dos problemas. Tal abordagem supõe a determinação dos objetivos e dos recursos disponíveis, a análise das conseqüências que advirão das diversas situações possíveis, a escolha entre essas possibilidades, a determinação das metas específicas a atingir em prazos definidos e, finalmente, o desenvolvimento dos meios mais eficazes para implantar a política escolhida. Assim concebido, o planejamento educacional significa bem mais que a elaboração de um projeto: é um processo contínuo, que engloba uma série de operações interdependentes (Unesco 1971, p. XIV).

Aplicado ao campo educacional, uma definição de planejamento semelhante ao proposto pela Unesco é aquela confirmada por Gandin (1986), quando destaca que planejar é elaborar/decidir que tipo de

---

<sup>4</sup> Desta Conferência participaram “noventa e cinco países, oito organismos internacionais, oito organismos intergovernamentais e treze organismos não – governamentais” (Unesco 1971, p. V).

sociedade e de ser humano se quer formar e que tipo de ação educacional é necessário para isso, verificando a que distância se está deste tipo de ação; executar - agir em conformidade com o que foi proposto e avaliar/revisar cada um desses momentos e cada uma dessas ações.

No que se refere ao planejamento educacional, é preciso sempre questionar e levar em consideração os seguintes aspectos: A quem ensinamos? Por que ensinamos/aprendemos? O que ensinamos/aprendemos? Como ensinamos/ aprendemos? Como avaliamos? O que foi efetivamente ensinado/aprendido?

Alguns elementos fazem parte do planejamento quando este é referenciado no processo ensino-aprendizagem: a escola, o educador e o educando. Quanto à escola, faz-se necessário questionar: qual é a missão dela? Quais os seus referenciais teóricos? Em que está embasado o seu projeto pedagógico? Quanto ao educador, é preciso saber: quais são seus objetivos? Qual o seu compromisso com a educação? O que espera dos alunos? No que diz respeito ao educando, as seguintes perguntas são fundamentais: Quais as suas expectativas? Quais são os seus interesses e objetivos? O que espera da escola e do professor?

Considerando que planejar é decidir, escolher, prever, sendo, pois, essa a condição de todo o trabalho, incluindo o de ensinar, aprender, estudar, não se pode trabalhar com improvisações. Torna-se necessário pensar o que se faz a médio e a longo prazo. Deve-se pensar no presente, avaliando as experiências do passado e aproveitando-as para o futuro. Corroborando com essa idéia, Menegolla e Sant'anna (1991, p.24) afirmam que “a educação deve estabelecer as direções, traçar caminhos, indicar metas, fins e objetivos (...) o planejamento é o instrumento básico de todo processo educativo, que nos pode indicar o caminho a seguir”.

Na esfera da educação e do ensino existem vários níveis de planejamento que variam em abrangência e complexidade, passando a ser



o instrumento direcional de todo o processo educacional. Apresento, a seguir, a classificação feita por Haydt (2000):

- planejamento de um sistema educacional;
- planejamento geral das atividades de uma escola;
- planejamento de currículo;
- planejamento didático ou de ensino: plano de curso, plano de unidade<sup>5</sup> e plano de aula.

Para uma melhor compreensão dos vários níveis de planejamento existentes na educação, descrevo cada um deles.

O planejamento de um sistema educacional é feito em nível sistêmico, isto é, em nível nacional, estadual e municipal. Para Haydt (2000, p. 95) ele consiste no “processo de análise e reflexão de várias facetas de um sistema educacional, para delimitar suas dificuldades e prever alternativas de solução”. O planejamento de um sistema educacional reflete a política de educação adotada.

O planejamento escolar se refere ao planejamento geral das atividades de uma escola; é o processo de tomada de decisão quanto aos objetivos a serem atingidos e a previsão das ações tanto pedagógicas, como administrativas, que devem ser executadas por toda a equipe escolar, para o bom funcionamento da escola. Segundo Haydt, “o planejamento escolar deve ser participativo, isto é, todos os segmentos que fazem parte da escola (professores, funcionários, pais e alunos) devem participar do processo de tomada de decisão” (Ibid, p.96). O resultado desse tipo de planejamento é o plano escolar, que deve ser elaborado e executado por toda a comunidade educativa.

---

<sup>5</sup> A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, os planos de curso e de unidade tiveram uma tendência de serem substituídos pelos Planos de Estudos.

O planejamento de currículo “é a previsão dos diversos componentes curriculares, que serão desenvolvidos ao longo do curso, com a definição dos objetivos gerais e a previsão dos conteúdos programáticos de cada componente” (Haydt 2000, p. 97). Para o planejamento curricular, deve-se definir primeiramente a concepção filosófica que vai nortear os fins e objetivos da ação educativa, para então determinar os critérios para a seleção dos conteúdos. Na elaboração geral do plano curricular devem ser seguidas as diretrizes fixadas pelo Conselho Federal de Educação (organização curricular em nível nacional - núcleo comum) e pelo Conselho Estadual de Educação (a escola pode escolher a parte diversificada do currículo). O planejamento do currículo é elaborado pela escola e por todos aqueles que participam do processo pedagógico.

Conforme o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, através do Parecer nº323/99, planejar currículo é estabelecer metas, definir estratégias, fixar tempos, organizar espaços escolares com a intenção de alcançar as finalidades dos diferentes níveis de ensino, tendo em vista as finalidades maiores da educação nacional. O planejamento curricular não é uma função da administração ou da supervisão escolar, mas uma função do corpo docente e da escola como um todo.

Outro nível de planejamento, denominado “planejamento didático ou de ensino” é

A previsão das ações e procedimentos que o professor vai realizar junto a seus alunos, é a organização das atividades discentes e das experiências de aprendizagem, visando atingir os objetivos educacionais estabelecidos. (...) é a especificação e operacionalização do plano curricular (Haydt, 2000, p.98).

O planejamento de ensino, segundo Haydt (2000), é um processo que contribui para atingir os objetivos desejados, superar dificuldades e controlar a improvisação. Mesmo não priorizando modelos de planos, é

preciso que haja previsões do que se vai fazer, “por que”, “para que” e “para quem”. Estes se referem aos princípios, aos fundamentos do plano. Tais princípios e fundamentos encontram-se no Projeto Pedagógico da Escola, que é o primeiro elemento, a primeira referência do planejamento didático. Neste projeto encontram-se os critérios, as principais diretrizes, as finalidades, as idéias, enfim, os horizontes da escola e sua comunidade.

O planejamento didático ou de ensino torna-se importante e necessário, porque tem como funções: prever as dificuldades que podem surgir durante a ação docente para poder superá-las; adequar o trabalho didático aos recursos disponíveis e às reais condições dos alunos; adequar os conteúdos, as atividades e os procedimentos de avaliação aos objetivos propostos (Haydt, 2000).

Um bom planejamento de ensino, conforme Piletti (1995), deve ter as seguintes características: ser elaborado em função das necessidades e das realidades apresentadas pelos alunos; ser flexível; ser claro; ser elaborado em íntima ligação com os objetivos visados; ser elaborado tendo em vista as condições reais e imediatas do local, tempo e recursos disponíveis possíveis. Para o referido autor as maiores dificuldades em elaborar o planejamento de ensino apresentam-se a partir de quatro categorias:

- Naturais: incerteza sobre o futuro e sobre a reação de agentes externos; informações precárias e mudanças aceleradas;
- Humanas: falta de crença no planejamento, de disciplina; resistência às mudanças; falta de qualificação.
- Metodológicas: ausência de um método adequado para tomar decisões em grupo.
- Organizacionais: ausência de colaboração de outras áreas; desconhecimento das necessidades de outras áreas; sonegação de informações; falta de apoio da Direção.

Esses níveis de planejamento acima citados são de extrema importância para a escola, pois estabelecem e determinam as urgências, indicam as prioridades básicas, ordenam e determinam todos os recursos e meios necessários para a consecução das metas e objetivos da educação.

Uma vez que o enfoque da pesquisa é o planejamento de aula do professor de Educação Física, busquei na legislação nacional e estadual subsídios para dar suporte ao tema abordado, ou seja, o Planejamento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº9394/96, em seu artigo 12, discorre sobre a elaboração e execução da proposta pedagógica pelos estabelecimentos de ensino, com a participação dos professores na elaboração do Projeto Pedagógico da Escola (artigo 13, incisos I e II e artigo 14, inciso I).

O Projeto Pedagógico da Escola é uma oportunidade para que algumas coisas aconteçam, e dentre elas a “tomada de consciência dos principais problemas da escola, das possibilidades de solução e definição das responsabilidades coletivas e pessoais para eliminar ou atenuar as falhas detectadas” (Azanha, 1997, p.32).

Segundo o Plano Nacional de Educação (Projeto de Lei nº 4.173/98), a escola teve um prazo de três anos, a partir da publicação da lei, para elaborar seu projeto. Tal elaboração proporcionou discussões pedagógicas, com conseqüentes mudanças, dando uma nova identidade à escola. Conforme o referido Projeto de Lei, o Projeto Pedagógico deveria observar as sugestões dos Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação, dos Conselhos Estaduais de Educação e, quando for o caso, dos Conselhos Municipais de Educação. Apesar de seguir orientações das propostas do governo federal, estadual e municipal, o Projeto Pedagógico preserva a sua autonomia.

Na proposta de currículo apresentada pelo Governo Federal, os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem-se “numa proposta aberta e

flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais, sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidas pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores” (Introdução aos PCNs para 5ª a 8ª série, 1998, p.50).

O Conselho Estadual de Educação (CEED), através do Parecer nº 740 do ano de 1999 (Orientações para o Sistema Estadual de Ensino, relativas aos artigos 23 e 24 da Lei Federal nº 9394/96), destaca que o projeto pedagógico supõe um diagnóstico de situação escolar, explicita os fundamentos que orientam sua prática e propõe objetivos que se quer alcançar no sentido de diminuir ou eliminar problemas identificados. O projeto pedagógico sinaliza propósitos realizáveis e sua elaboração exige a participação da comunidade escolar.

A importância dessa participação aparece na justificativa da Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 236, de 21 de janeiro de 1998, que coloca, com muita propriedade, quanto à elaboração do projeto pedagógico,

não há de se estabelecer modelos nem fixar parâmetros – precisa (o projeto pedagógico) ser conseqüência e resultante da reflexão conduzida no ambiente da comunidade escolar, fiel a sua circunstância e retrato de seus anseios, de suas necessidades e de suas demandas. O projeto pedagógico não poderá abrir mão de uma descrição e análise da realidade imediata e mediata da comunidade que a escola se insere, de uma opção filosófica e pedagógica conseqüente, da fixação de metas concretas e da seleção de metodologias de trabalho capazes de conduzir a consecução dessas metas (p.137).

Ao atender as demandas da comunidade, o projeto pedagógico servirá de diretriz orientadora das ações, expressando a concepção de ser humano, de sociedade, de Educação, de conhecimento que constroem a identidade da escola. “Ao construir o projeto pedagógico, a escola tem

delineado o percurso que leva ao alcance de seus objetivos, sendo que este processo inclui o currículo, que é um elemento dinâmico, articulador e facilitador da socialização do saber sistematizado” (Parecer nº 740/99 do CEED).

No parecer nº 323/99, do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, que normatiza as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e Médio para o Sistema Estadual de Ensino, fica claro que

O currículo é a implementação – para dado momento e sob determinadas condições – do projeto pedagógico. Enquanto o projeto pedagógico permanece sendo o horizonte mais amplo, para onde a escola – e sua comunidade – dirige o olhar, procurando destinos, o currículo é a tradução do ‘possível agora’, revelando estágios de aproximação maior ou menor do ideal sonhado (p.10).

Delineando o caminho para alcançar os fins a que se propõe, a Escola deve elaborar o Regimento Escolar que é a

Tradução legal de tudo aquilo que o projeto pedagógico descreveu, esclareceu, definiu, fixou. (...) o Regimento Escolar, enquanto conjunto de normas que regem o funcionamento da instituição, pode concorrer para essa concentração de esforços no processo ensino-aprendizagem. Para tanto, deve ser dele excluído tudo que não diga respeito ao fato educativo – e que pode ser regulado em outro instrumento qualquer – e transformado num verdadeiro estatuto pedagógico, capaz de orientar toda a comunidade escolar de forma simples, mas segura. (...) o Projeto Pedagógico é o sonhado, o idealizado. O Regimento Escolar é a diretriz orientadora” (Justificativa da resolução CEED nº 236/98).

Nesse sentido, os Planos de Estudos traduzem-se através de operacionalização da proposta pedagógica da escola, construídos coletivamente, em um processo democrático, com a participação de todos os segmentos da comunidade educativa, observando os preceitos legais e

procurando valorizar todos os campos do saber de forma equilibrada, devem garantir uma unidade pedagógica e evitar a fragmentação. Esses Planos não podem ser considerados somente como uma relação de conteúdos que o professor tem que transmitir para os seus alunos, mas sim os conteúdos nele discriminados são instrumentos que a escola e o professor utilizam para alcançar os objetivos maiores da Educação.

No que se refere à elaboração dos Planos de Estudos, o Conselho Estadual de Educação, através do Parecer nº323 e das Resoluções nº243 e 244 (publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul dia 13 de abril de 1999), trata dessa elaboração dentro dos preceitos legais.

Os Planos de Estudos, segundo o Parecer nº 323/99, são:

A organização formal do currículo, conforme definido pela escola, que relaciona as disciplinas ou projetos e atividades, atribuindo-lhes tempo, abrangência e intensidade. O Plano de Estudos substitui a antiga “base curricular”, com uma grande e essencial diferença: enquanto “base curricular” era um “documento” a ser aprovado, com caráter formalista e função burocrática e administrativa, o Plano de estudos passa a ser uma pauta de trabalho, em torno do qual professores e alunos se reúnem para construir, ao longo do tempo e de forma planejada, a educação (p.19).

A Resolução nº 243/99 do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, quanto aos Planos de Estudos, determina que:

Artigo 2º: os currículos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio serão consubstanciados mediante a elaboração dos Planos de Estudo. Artigo 3º: os Planos de Estudo, enquanto expressão concreta do projeto pedagógico da escola, serão resultado de elaboração coletiva, envolvendo o corpo docente e discente, a comunidade na qual a escola se insere e a entidade mantenedora. Parágrafo único: os Planos de Estudos constituem a base para a elaboração do Plano de Trabalho do professor, de modo que seja preservada a

integridade e coerência do projeto pedagógico da escola (Fl. 01 e 02).

Com a Resolução nº 243/99 inicia um novo momento na Educação no Estado do Rio Grande do Sul, na medida em que os currículos deixam de ser encarados como uma questão de importância burocrática e lhes é dada, essencialmente, relevância pedagógica (Justificativa da Resolução nº 243/99 do CEEE, p.01).

Tendo como referência os Planos de Estudo da sua escola, o professor planeja as suas aulas, especificando e operacionalizando os procedimentos diários para a concretização dos planos de estudo elaborados.

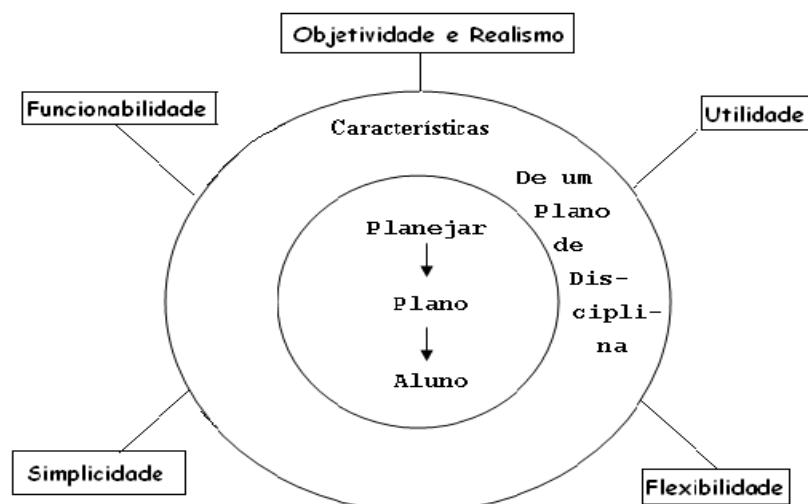
O Plano de Aula precisa estar de acordo com as reais condições dos alunos: suas possibilidades, necessidades e interesses. Segundo Bossle (2003, p.48), o plano de aula é “a síntese do processo de planejamento que traduz a intencionalidade da ação educativa cotidiana”.

A aula é a forma predominante de organização do processo de ensino. “É na aula que organizamos ou criamos situações docentes, isto é, as condições e meios necessários para que os alunos assimilem ativamente conhecimentos, habilidades, e desenvolvam suas capacidades cognoscitivas” (Libâneo, 1994, p.241).

Ao planejar uma aula, o professor prevê os objetivos imediatos a serem alcançados; especifica os conteúdos que serão trabalhados durante a aula; define os procedimentos de ensino e organiza as atividades de aprendizagem de seus alunos. Também indica os recursos que serão usados durante a aula a fim de despertar o interesse, facilitar a compreensão, bem como estimular a participação dos alunos e estabelece como será feita a avaliação das atividades (Haydt, 2000).



Cabe ao professor pensar de forma responsável a sua ação, planejando aulas condizentes com o interesse e a realidade dos educandos. Nesse sentido, creio ser oportuno apresentar as características de um Plano de Aula citadas por Menegolla e Sant'anna (1991, p 67):



Segundo os referidos autores, a objetividade é o que caracteriza todo e qualquer plano. Todo plano deve expressar com objetividade o que quer atingir, a partir de uma realidade também objetiva e concreta em que a comunidade escolar está inserida. Um plano que não seja objetivo e realista se torna impraticável, sem validade e aplicabilidade.

Outras características que um Plano de Aula, inclusive de Educação Física, deve ter são: funcionalidade, simplicidade e flexibilidade. Sendo o plano um instrumento orientador para o professor e os alunos, ele deve ser o mais funcional possível, para que possa ser executado com facilidade e clareza; deve também ser claro e simples para ser compreensível e viável, pois sua compreensão facilita sua execução. Quanto à flexibilidade, que é uma característica de suma importância, os planos devem ser mudados ou

readaptados às novas situações não previstas que podem acontecer em sala de aula.

A utilidade é outra característica apresentada por Menegolla e Sant'anna, que sugerem ao professor fazer o seguinte questionamento: “o plano, no seu contexto geral, poderá, de fato, ser útil e significativo a todos que nele vão se envolver?” (1991, p.71). O que foi planejado só será válido, útil e importante se atender às reais urgências e necessidades dos alunos.

Apesar de os educadores utilizarem, no cotidiano do trabalho, os termos “planejamento” e “plano”, como sinônimo, estes assim não são considerados (Fusari, 1989). É preciso, portanto, explicitar as diferenças entre os dois conceitos, bem como a íntima relação entre eles.

Enquanto o planejamento é o processo que contempla “a atuação concreta dos educadores no cotidiano do seu trabalho pedagógico, envolvendo todas as suas ações a situações, o tempo todo, envolvendo a permanente interação entre os educadores e entre os próprios educandos” (Fusari, 1989, p.10), o plano é um momento de documentação do processo educacional escolar como um todo. O plano é um documento elaborado pelo professor, contendo suas propostas de trabalho numa área e/ou disciplina específica.

Entendendo que o plano é um elemento de comunicação entre o planejamento e o cotidiano escolar, Bossle (2003) afirma que “visto como registro, o plano possibilita a reflexão sobre a ação. O planejamento, por sua vez, caracteriza-se como processo de construção e reconstrução da ação educativa, sendo, portanto, planejamento e plano orientadores dessa ação” (Ibid, p.48).

A partir das considerações feitas neste capítulo sobre planejamento em geral e o planejamento na Educação, fica evidente que esta, como processo, “não pode ser desenvolvida isoladamente, isto é, fora do contexto nacional, regional e comunitário da escola, na qual o homem está inserido,

como agente e paciente das suas circunstâncias existenciais” (Menegolla e Sant’anna, 1991, p.31). Assim sendo, os referidos autores ressaltam que todo o processo educacional requer um planejamento no âmbito nacional, estadual, regional, comunitário e, também, um planejamento em nível de escola e um outro específico de ensino, referente aos diferentes conteúdos e disciplinas.

É importante e necessário, portanto, o planejamento educacional, tendo em vista as finalidades da educação, pois o planejamento é o instrumento básico para que o processo educacional se desenvolva, integrando os recursos e direcionando a ação educativa.

Uma vez que a Educação Física está inserida no contexto da escola como um de seus componentes curriculares, vale lembrar que ela não fica alheia ao processo de planejamento. Razão pela qual abordo a seguir o tema ‘Educação Física’, evidenciando algumas propostas pedagógicas existentes na área e conferindo ênfase ao Planejamento de Aula na Educação Física.

## CAPÍTULO II

### PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física, enquanto área do conhecimento e de intervenção profissional, desempenha um papel de destaque na educação do ser humano. Uma das funções da Escola, entre outras, é preparar o aluno para compreender o mundo ao seu redor, e assim deve atuar a Educação Física, na medida em que se configura como uma das disciplinas integrantes do currículo escolar.

Na primeira parte deste capítulo, apresento o que consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, no que se refere à Educação Física, justificando sua inserção dentro do contexto escolar. Esta Lei buscou transformar o caráter que a Educação Física vinha assumindo nos anos que a antecederam, ao explicitar no artigo 26, parágrafo terceiro, que a “Educação Física, integrada à proposta pedagógica da Escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”.<sup>6</sup>

Em dezembro de 2003, foi publicada, no Diário Oficial da União, a nova redação dada para o artigo 26, parágrafo terceiro, que trata da Educação Física:

A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, sendo sua prática facultativa aos alunos que: I – cumpram jornada igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da Educação Física; IV – amparado pelo

---

<sup>6</sup> Na Lei anterior, nº5692/71, e a partir do Decreto 69.450, de 1971, a Educação Física era considerada como a “atividade que por seus meios, processos e técnicas, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando”. Este decreto dava ênfase à aptidão física; buscava-se a descoberta de novos talentos que pudessem participar de competições internacionais, representando a pátria.

Decreto Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; V – Vetado: VI – que tenha prole” (p.03).

A Educação Física vinculada ao Projeto Pedagógico da Escola caracteriza-se por ser uma conquista dos profissionais da área. A participação dos professores de Educação Física, na construção do referido Projeto, possibilitará a reflexão crítica do papel desse componente curricular na Escola. Tal Projeto poderá ter como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)<sup>7</sup>, onde a Educação Física é definida como:

Área de conhecimento da cultura corporal de movimento e a Educação Física Escolar como uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas em benefícios dos exercícios críticos da cidadania e da melhoria da qualidade de vida (Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física, 5ª a 8ª séries, MEC 1998 p. 29).

Os PCNs foram elaborados por um grupo de especialistas de diferentes áreas, os quais apresentaram uma versão preliminar, que após análise e discussão com os professores, especialistas da educação e outras áreas, instituições governamentais e não governamentais, originaram uma versão final, servindo para ampliar e aprofundar as discussões em torno da reestruturação curricular das escolas em todo o território Nacional.

Sobre o papel da Educação Física na escola, os PCNs apresentam algumas tendências pedagógicas da Educação Física Escolar, que embora

---

<sup>7</sup> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 87, instituiu a “década da Educação”, iniciada um ano a partir da publicação desta Lei e encaminhou as discussões em torno da construção de referenciais nacionais comuns para a educação, respeitando as diferenças regionais, culturais, e políticas das diferentes regiões. Como resultado destas discussões, originaram-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): referenciais nacionais comuns aos processos educativos das diferentes regiões brasileiras, elaborados respeitando as diversidades regionais, culturais e políticas.

contendo enfoques diferenciados entre si, têm em comum a busca de uma Educação Física que articule as múltiplas dimensões do ser humano. As tendências são: **Psicomotora** que define a Educação Física como um meio para o ensino de conteúdos de outras áreas de conhecimento; **Construtivista**: a intenção dessa proposta é a construção do conhecimento a partir da interação do sujeito com o mundo. A aquisição do conhecimento é um processo construído pelo indivíduo durante toda a sua vida. Para cada criança a construção desse conhecimento exige elaboração, ou seja, uma ação sobre o mundo; **Desenvolvimentista** que aposta como finalidade da Educação Física Escolar o desenvolvimento das capacidades ou habilidades motoras; e a abordagem **Crítica**, onde a Educação Física é entendida como uma área que trata de um tipo de conhecimento, denominado cultura corporal do movimento<sup>8</sup>, que tem como tema o jogo, a ginástica, o esporte, a dança, a capoeira e outras temáticas que apresentam relações com os principais problemas dessa cultura corporal de movimento e o contexto histórico-social dos alunos.

O referido documento (PCNs) não ignora as diversas propostas existentes para a Educação Física, mas aposta na organização dos professores para a construção de uma prática curricular que proporcione ao aluno o acesso às práticas da cultura corporal. Além disso, sugere que os conteúdos selecionados para as aulas de Educação Física devem propiciar uma melhor leitura da realidade pelos alunos e possibilitar, assim, sua inserção transformadora nessa realidade.

A partir dos anos 80, mais especificamente dos anos 90, os estudos e pesquisas sobre a Educação Física Escolar passaram a ser vistos com um olhar mais abrangente em relação ao que se desenvolvia até então. E que pode ser resumido na compreensão da Educação Física como uma

---

<sup>8</sup> A Cultura Corporal, segundo o Coletivo de Autores (1992), é o resultado de conhecimentos socialmente produzidos e historicamente acumulados pela humanidade que necessitam ser retraçados e transmitidos para os alunos na escola. Todas as atividades corporais (saltar, correr, jogar, pular, balançar, arremessar) foram construídas pelo homem em determinadas épocas históricas, como respostas a determinados estímulos, desafios ou necessidades humanas.

atividade prática sem grandes exigências de um referencial teórico, que lhe justificasse e fundamentasse enquanto disciplina curricular que apresenta conteúdos específicos a serem ensinados.

Surgiram, assim, várias perspectivas metodológicas para a Educação Física Escolar, sendo que muitas destas propostas foram implementadas ou chegaram à realidade escolar, outras não passaram de propostas.

Para ser considerada como proposta metodológica de Educação Física, a teoria deve apresentar determinados elementos, que segundo o Coletivo de Autores (1992, p.61) são: conhecimento de que trata a disciplina, sistematizado e distribuído, que geralmente se denomina de conteúdo de ensino; o tempo pedagogicamente necessário para o processo de apropriação do conhecimento; os procedimentos didático-metodológicos utilizados para ensinar.

Acreditando na Educação Física Escolar, enquanto espaço de transformação social, destaco neste trabalho algumas propostas pedagógicas vinculadas a uma concepção crítica de Educação e que tem abordado o tema da formação emancipatória do ser humano e da coletividade. São elas: a Abordagem Crítico-Superadora, proposta pelo Coletivo de Autores (1992); a Abordagem Plural, proposta por Daolio (1994); a Abordagem da Concepção de Aulas Abertas a Experiências, proposta por Hildebrandt e Laging (1986), e a Abordagem Crítico-Emancipatória, proposta por Kunz (1998).

A abordagem do Coletivo de Autores (1992), denominada de Crítico-Superadora, foi construída a partir do trabalho desenvolvido pelos professores: Valter Bracht, Lino Castellani Filho, Michele Ortega Escobar, Carmem Lúcia Soares, Celli Taffarel e Elizabeth Varjal, culminando com a publicação do Livro "Metodologia do Ensino de Educação Física" (Coletivo de Autores, 1992). Estes autores defendem que uma proposta crítica de

Educação Física deve partir, antes de tudo, de uma análise das estruturas de poder e dominação constituída na sociedade.

Os autores acreditam que o professor de Educação Física deve ser um educador comprometido com um projeto político pedagógico, que nasce das necessidades de emancipação de uma classe emergente dentro da nossa atual estrutura de divisão de classes, ou seja, da classe trabalhadora. Salienta o Coletivo de Autores que todo educador deve ter definido seu projeto político-pedagógico, precisando que tenha bem claro:

Qual o projeto de sociedade e de homem que persegue? Quais os interesses da classe que defende? Quais os valores, a ética, a moral que elege para consolidar através de sua prática? Como articula suas aulas com esse projeto maior de homem e de sociedade? (1992, p.26).

A concepção de Educação Física Crítico-Superadora trabalha com a cultura corporal, entendida como sendo “resultado de conhecimentos socialmente produzidos e historicamente acumulados pela humanidade que necessitam ser retraçados e transmitidos para os alunos na escola” (Ibid, p.39). Recomendam esses autores que a escola, na perspectiva Crítico-Superadora, deve fazer uma seleção dos conteúdos da Educação Física de forma coerente com o objetivo de promover a leitura crítica da realidade.

Outra abordagem que busca a transformação social é a Educação Física Plural, defendida por Jocimar Daolio (1994), que analisa a construção cultural do corpo sob a ótica da antropologia. Ele parte da interpretação do movimento humano enquanto manifestação de cultura, de uma cultura própria, definida pela história do corpo e pelas vivências de cada um, para fazer uma crítica à grande maioria dos profissionais ligados à Educação Física. Esses profissionais, segundo Daolio, não têm o costume de observar e valorizar as diferentes formas de expressão de movimentos presentes em



uma aula, desconsiderando todas as diferenças culturais existentes entre alunos e grupos de alunos.

A Educação Física Plural, segundo Daolio (1994), deve abarcar todas as formas da chamada cultura corporal: jogos, esportes, danças, ginásticas, lutas e ao mesmo tempo deve abranger todos os alunos, sem discriminação. O objetivo da aula não é a aptidão física, nem a busca de um melhor rendimento esportivo, mas sim que os elementos da cultura corporal sejam tratados como conhecimentos a serem sistematizados e reconstruídos pelos alunos.

O autor acima mencionado defende, também, a idéia de que a Educação Física Escolar deveria partir do conhecimento corporal popular e das suas variadas formas de expressão cultural, almejando que o aluno possua um conhecimento organizado, crítico e autônomo a respeito da chamada cultura humana de movimento.

A Concepção de Aulas Abertas a Experiências, proposta por Hildebrandt e Laging (1986), é outra abordagem que destaco nesta pesquisa, onde a aula de Educação Física configura-se em uma “construção de situações em que se tornam possíveis experiências específicas para superação de situações de vida presentes e futuras” (p.06), proporcionando ao aluno participar do planejamento, da organização e das decisões da aula. O professor atua como um mediador em um diálogo permanente com os alunos, possibilitando-lhes visualizar os conteúdos esportivos nas diversas condições dentro e fora da escola.

Na concepção de aula aberta, o aluno deve ser visto pelo professor como alguém que tem consciência de seu papel dentro da escola, tem clareza dos objetivos e organiza sua própria aprendizagem. O grau de abertura da aula depende do grau de possibilidade que o professor oportuniza à participação dos alunos. Os autores que defendem essa proposta deixam claro que uma concepção de ensino aberto não significa

que o aluno pode fazer o que quiser, dentro da aula, mas sim é orientado pelo professor de acordo com os objetivos do planejamento.

Hildebrandt e Laging (1986) apontam as concepções abertas de ensino como uma possibilidade de desenvolver competências como a autonomia, a independência, a criticidade, a criatividade e a capacidade de ação social dos alunos em aulas de Educação Física.

Outro autor que merece destaque, sem dúvida, pela contribuição à Educação Física é Elenor Kunz. Em seu livro “Transformação Didática do Esporte” (1998) apresenta uma idéia geral, através de quatro concepções de como a Educação Física “pode ser - e de certa forma vem sendo trabalhada na escola” (p.106). O autor cita as seguintes concepções:

a) **Concepção Biológico-Funcional:** nesta concepção, a Educação Física prioriza o exercício físico. As atividades físicas, inclusive o esporte, “prescreve-se de forma sistemática, metódica e diferenciada para diferentes grupos de acordo com a idade e sexo” (Ibid, p.106). A preocupação dos profissionais que adotam esta concepção é desenvolver e melhorar através de métodos sistematizados o nível de aptidão física dos alunos, de acordo com as especificidades de cada grupo.

b) **Concepção Formativo-Recreativa:** a Educação Física “tenta cumprir a função de contribuir na formação da personalidade e de habilidades motoras gerais dos alunos, para melhor adaptação às exigências sociais, possibilitando, também, organizar ludicamente seu tempo” (Ibid, p.106). Os professores que trabalham nesta concepção se preocupam em desenvolver atividades coletivas de movimento e jogos, evitando a competição.

c) **Concepção Técnico-Esportiva:** é considerada como hegemônica atualmente dentro do contexto da Educação Física Escolar, preocupando-se com a “descoberta e no fomento do talento esportivo, através da introdução e da adaptação de todos à cultura esportiva” (Ibid, p.106). Os profissionais

que desenvolvem esta concepção se interessam pelo rendimento esportivo, pelos padrões do esporte de alto rendimento.

d) **Concepção Crítico-Emancipatória:** Apresentada e defendida por Kunz (1998), a quarta concepção busca “como objetivos primordiais do ensino e através das atividades como o movimento humano, o desenvolvimento de competências como a autonomia, a competência social e a competência objetiva” (Ibid, p.107). Para este autor, a competência social deverá contribuir para um agir solidário e cooperativo, onde os alunos, através da Educação Física, deverão compreender os diferentes papéis sociais existentes no esporte, assumindo-os, bem como “entender/compreender os outros nos mesmos papéis ou assumindo papéis diferentes” (Ibid. 41). Isso só pode acontecer se houver, em aula, um clima de muita reflexão e diálogo entre professor/aluno, aluno/professor e aluno/aluno.

A outra competência, denominada de competência objetiva, significa na prática a “instrumentalização específica de cada disciplina” (Ibid, p.107). Por intermédio da competência objetiva o “saber cultural, historicamente acumulado, é apresentado e criticamente estudado pelo aluno” (Ibid, p.107).

Nesse sentido, o ensino na concepção crítico-emancipatória, segundo Kunz (1998), deve ser “um ensino de libertação de falsas ilusões, de falsos interesses e desejos, criados e construídos nos alunos pela visão de mundo que apresentam a partir de ‘conhecimentos’ colocados à disposição pelo contexto sociocultural onde vivem” (p.121).

Kunz apresenta, ainda, as estratégias didáticas do professor para o ensino crítico emancipatório de movimentos e jogos, que denominou de “transcedência de limites” (1998, p.123), onde o aluno é confrontado com a realidade do ensino e seu conteúdo em especial. De maneira resumida, o autor apresenta como essa forma de ensinar pela “transcedência de limites” deve atuar sobre o aluno:

a) que os alunos descubram, pela própria experiência manipulativa, as formas e os meios para uma participação bem-sucedida em atividades de movimentos e jogos; b) que os alunos sejam capazes de manifestar pela linguagem ou pela representação cênica, o que experimentaram e o que aprenderam, numa forma de exposição que todos possam entender; c) por último, que os alunos aprendam a perguntar e questionar sobre suas aprendizagens e descobertas, com a finalidade de entender o significado cultural dessa aprendizagem, seu valor prático e descobrir, também, o que ainda não sabem ou aprenderam (Ibid, p.124).

Assim sendo, a busca do desenvolvimento, pelo aluno, dessas três competências: a autonomia, a competência social e objetiva, acima descritas, torna-se o ponto principal que irá definir os passos e orientar a prática pedagógica do professor de Educação Física. A concepção crítico-emancipatória prioriza a participação dos alunos no planejamento e na construção das aulas, respeitando sua cultura, os seus interesses e necessidades, vivenciando novas e variadas experiências de movimento.

Atualmente, a Educação Física vem ocupando novos e importantes espaços na área da Educação, como resultado efetivo de pesquisas, estudos e aplicações teórico-práticas, visando o desenvolvimento integral do ser humano. Paralelamente a essas inovações, o campo educacional aparece como um dos setores de trabalho de maior responsabilidade, pela ênfase que dá ao processo ensino-aprendizagem. Razão pela qual torna-se importante estruturar a disciplina de Educação Física, dando-lhe a sistematização e a organização necessárias para que sua prática atenda aos interesses e necessidades dos alunos.

Nesse sentido, o presente trabalho busca contribuir com a área de conhecimento denominada Educação Física, analisando como os professores desta disciplina, atuantes numa escola pública de Santa Maria (RS), planejam e executam suas aulas de Educação Física.

Com base no referencial teórico que orienta esta pesquisa, busquei abordar o planejamento educacional a partir da visão mais geral à mais específica e, por essa razão, a partir de agora, tematizo o Planejamento de Aula na Educação Física.

Primeiramente faço algumas considerações sobre a importância do professor planejar sua prática docente, utilizando-me de algumas contribuições de autores como Menegolla e Sant'anna (1991), Libâneo (1994) e Piletti (1995), adequando-as à prática pedagógica dos professores de Educação Física. Para desenvolver a especificidade do Planejamento na Educação Física, utilizo-me das pesquisas e dos escritos de Bossle (2003), Krug (2002), Corrêa (2000), Baggio (2000) e Canfield (1996).

De acordo com Libâneo (1994, p.221), “o planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação”. Ele destaca ainda que as características que fazem parte de um bom planejamento são: orientar a prática, ter ordem seqüencial progressiva, ter objetividade, ter coerência e flexibilidade.

Já para Menegolla e Sant'anna (1991), é fundamental que o professor planeje da melhor forma possível a sua disciplina, elegendo o planejamento como sendo importante, uma vez que ajuda o professor a definir os objetivos que atendam aos reais interesses dos alunos; possibilita ao professor selecionar e organizar os conteúdos mais significativos para seus alunos, obedecendo a uma seqüência lógica da estrutura da disciplina; ajuda o professor a selecionar os melhores procedimentos e os recursos para desencadear um ensino mais eficiente; orienta o professor a agir com mais segurança na sala de aula; o professor evita a improvisação, a repetição e a rotina no ensino; facilita a integração e a continuidade do ensino; ajuda a ter uma visão global de toda a ação docente e discente; ajuda os professores e alunos a tomarem decisões de forma cooperativa e participativa.

Na educação escolar, conforme Libâneo (1994), existem três modalidades de planejamento, articuladas entre si: o plano da escola, o plano de ensino e o plano das aulas. O plano da escola é um documento mais global, que expressa as ligações da escola com o sistema escolar mais amplo, bem como as ligações do projeto pedagógico da escola com os planos de ensino. O plano de ensino é a previsão dos objetivos e tarefas docentes para um ano ou semestre; é um documento no qual aparecem os objetivos específicos, conteúdos e desenvolvimento metodológico. O plano de aula na Educação Física, foco deste capítulo, é a previsão do desenvolvimento do conteúdo para uma aula ou conjunto de aulas e tem caráter bastante específico. O plano de aula é um detalhamento do plano de ensino.

A partir destas considerações sobre o planejamento, e sendo a Educação Física um componente curricular que pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9394/96, integra a proposta pedagógica da escola, esse componente curricular precisa ter claro seus objetivos, conteúdos e avaliação, pois são esses elementos que compõem o planejamento.

Entre os autores que abordam o Planejamento na Educação Física, merece destaque Canfield (1996), quando ressalta que o planejamento é a pedra fundamental, a razão de todo o trabalho pedagógico consciente. É o que orienta o professor na sua caminhada pedagógica em busca da aprendizagem de seus alunos. Outra observação importante feita por esta autora é a seguinte: “um professor que não tenha suas atividades didáticas planejadas, terá objetivos a perseguir? Saberá o que avaliar no aluno?” (Ibid, p.21). Considero relevantes essas observações, visto ser necessário e indispensável aplicá-las à prática pedagógica do Professor de Educação Física.

Referindo-se ao planejamento na Educação Física, Krug (2002) em um texto intitulado “A Importância do Planejamento de Ensino na Educação

Física Escolar”<sup>9</sup> proporciona a possibilidade de reflexão sobre a questão do planejamento nas aulas de Educação Física. O referido autor afirma que “existe certa resistência da maioria dos professores em planejar suas aulas, pois estes ao serem questionados a respeito, utilizam o argumento que desenvolvem suas aulas fundamentadas em suas experiências, porque já sabem o que dá certo e o que não dá certo” (p.10).

Em 1995 foi realizado um estudo por Machado e Canfield com 40 professores de Educação Física que atuavam na 8ª série de escolas de Santa Maria, com objetivo de verificar se estes faziam planejamento de suas aulas, bem como se colocavam em prática e se era coerente em suas partes (objetivo-conteúdos-avaliação). Os professores foram questionados no início do bimestre, quando expuseram seu planejamento, ficando evidente que sabiam o que vem a ser planejamento e como fazê-lo, pois foi encontrado em seus planejamentos mais coerência (65%) entre suas partes do que não (35%).

Ao analisarem os dados dessa pesquisa, Machado e Canfield (1995) verificaram que 88% dos professores disseram que realizam e têm um planejamento. No entanto, foi constatado, através de seus alunos (total de 400, sendo 10 de cada professor, questionados no final do bimestre), que tal planejamento não aconteceu (62,5%), caracterizando uma prática pedagógica oportunista, do momento, que tem como sustento a atividade e não o objetivo a ser perseguido. Segundo Canfield (1996, p.23),

O objetivo é a essência da Educação Física! Se ele não existir, o que estaremos fazendo? Em que embasamos nossa prática pedagógica? Como podemos fazer o planejamento desta prática se o objetivo, que é o seu ponto central, não existe?

---

<sup>9</sup> Texto publicado nos Cadernos de Ensino, Pesquisa e Extensão do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, 2002.

Outra pesquisa que contribuiu com o meu estudo foi a realizada por Bossle (2003), que tematizou o Planejamento de Ensino dos Professores de Educação Física de quatro escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. O objetivo deste estudo foi compreender os significados atribuídos pelos professores de Educação Física ao planejamento de ensino e a sua prática cotidiana nas escolas dessa rede de ensino.

Várias constatações foram feitas no referido trabalho e algumas delas merecem destaque: os professores de Educação Física consideram insuficiente o conhecimento adquirido em sua formação profissional em relação ao planejamento de ensino; a maioria dos professores afirma que o planejamento de ensino é burocrático, revelando a resistência de alguns professores de Educação Física ao planejar por escrito e também ao registro das atividades desenvolvidas, considerando uma “formalidade de início de ano”; a idéia do professor de Educação Física como “tapa-furo” nas escolas, sobrecarrega e inviabiliza os momentos que poderia haver possibilidade de diálogo e construção de um planejamento coletivo, entre os pares e com outras áreas do conhecimento.

Bossle (2003) percebeu em sua pesquisa que “os conhecimentos adquiridos na prática educativa parecem dar conta das situações de ensino-aprendizagem nas aulas de Educação Física” (p.197). As falas dos sujeitos dessa pesquisa são expressivas sobre esse aspecto e apontam para

a construção de organizações que aparentemente substituem o planejamento de ensino no cotidiano escolar, como afirmar que “o planejamento está na cabeça do professor de Educação Física experiente”, e que diante do cotidiano “mutante” e das diversas situações que ocorrem, são imprevistos (Ibid, p.198).

A realidade de não planejar as aulas de Educação Física diz respeito não somente aos sujeitos envolvidos no estudo de Bossle (2003), mas também a alguns dos meus colegas, com quem interagi ao longo desses



meus 12 anos de docência. Tal realidade suscitou e me incentivou à realização desta pesquisa que tem como temática o planejamento de aula.

Outra consideração de grande importância, mencionada na pesquisa de Bossle (2003), é que o planejamento na Educação Física não vem recebendo a devida atenção dos estudiosos e pesquisadores da área, prova disso é o pequeno número de publicações existentes fazendo referência ao assunto. Concordo com tal constatação, visto que vivenciei essa realidade quando fui em busca de referenciais teóricos para construir esta dissertação.

A partir das considerações e questionamentos levantados pelos autores referenciados neste trabalho, que abordaram em seus estudos e pesquisas o planejamento na Educação Física, e juntamente com esta dissertação que aborda o planejamento de aula dos professores de Educação Física de uma escola pública de Manta Maria (RS), tenho a intenção de contribuir no campo educacional e, principalmente, para a reflexão da prática educativa na educação física escolar brasileira.

## CAPÍTULO III

### OS CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo apresento os procedimentos metodológicos que adotei para investigar o planejamento de aula na Educação Física, mais especificamente em uma escola pública estadual na cidade de Santa Maria (RS).

A pesquisa realizada caracteriza-se por ser de cunho qualitativo, na medida em que se desenvolve numa situação natural, é rica em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada (Lüdke e André 1986, p.18).

Nessa abordagem, o pesquisador é necessariamente envolvido na vida dos sujeitos, visto que seus procedimentos baseiam-se em conversar, ouvir, permitir a expressão livre dos interlocutores. A relação entre pesquisador e pesquisados é dinâmica e constante durante todo o transcurso da pesquisa. Segundo Chizzotti (2000, p.104), a pesquisa qualitativa “objetiva, em geral, provocar o esclarecimento de uma situação para uma tomada de consciência pelos próprios pesquisados dos seus problemas e das condições que o geram, a fim de elaborar os meios e estratégias de resolvê-los”.

Tendo em vista que esta dissertação tem como objetivo compreender e analisar como os professores de Educação Física do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública estadual de Santa Maria (RS) planejam e executam as aulas de Educação Física, torna-se importante e necessário conhecer a realidade dessa escola.

Para descrever a referida escola onde esta pesquisa foi realizada, bem como o que consta no seu Regimento e Projeto Pedagógico, evidenciando o que se refere ao planejamento nas aulas de Educação

Física, contei com a colaboração da Supervisora Escolar, que prontamente forneceu os documentos por mim solicitados, colocando-se à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

A escola onde realizei esta pesquisa está localizada no município de Santa Maria (RS) e foi escolhida porque nela vivi os dois anos de minha vida profissional enquanto estudava, realizando o Mestrado em Educação. Por fazer parte desse contexto escolar como professora de Educação Física, resolvi investigar algumas questões referentes ao planejamento do professor de Educação Física, questões estas que muitas vezes me inquietaram durante a minha trajetória profissional. Também nesta escola realizei e participei de projetos, aprimorando-me pessoal e profissionalmente.

A Escola abriga uma comunidade de condições sócio-econômica baixa. A maioria dos familiares dos alunos (pais, mães, irmãos e os próprios alunos) mantém-se em empregos ou subempregos, outros estão desempregados, caracterizando freqüentemente um padrão de vida que não permite suprir muitas das necessidades básicas.

O Bairro onde se situa a escola possui lojas, supermercados, posto de saúde, agências bancárias, posto de gasolina, enfim, o bairro pode ser considerado uma cidade, com aproximadamente vinte e cinco mil habitantes e distante 8 km do centro de Santa Maria. Possui linha de ônibus freqüente ao centro da cidade, a outros bairros e à Universidade Federal de Santa Maria, facilitando o acesso dos moradores a esses locais.

A Escola tem como órgão mantenedor o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e no ano de 1993, conforme parecer do Conselho Estadual de Educação nº326/93, foi autorizado o seu funcionamento. Ela oferece as seguintes Modalidades de Ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, funcionando nos turnos da manhã, tarde e noite.

Em 2003, ano em que a pesquisa foi realizada, essa escola contava com um corpo docente de oitenta e cinco professores, sendo que setenta e oito destes com regência de classe. O total de alunos matriculados nesse ano era de mil novecentos e trinta e oito, distribuídos nos três turnos de funcionamento da escola, entre as sessenta turmas.

Segundo o Regimento Escolar, no Capítulo III, “a Escola tem por objetivo ministrar a Educação Básica, desenvolvendo as potencialidades do educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (p.5). Também são objetivos específicos da escola, conforme o Regimento Escolar:

- construir uma consciência crítica na comunidade escolar com relação ao ser humano e à natureza;
- participar de todos os segmentos nas decisões e encaminhamentos, sendo a escola um espaço público de construção e vivência da cidadania;
- preparar o indivíduo e a sociedade para o domínio dos conhecimentos específicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer dificuldades do meio;
- promover a rejeição de qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica; política ou religiosa, bem como por quaisquer preconceitos de classe ou raça;
- buscar a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais na escola e na comunidade;
- desenvolver práticas educativas que preservem a liberdade, a criatividade, a autonomia dos indivíduos, com caráter contínuo, integrador e permanente.

Como esse trabalho tem a participação direta de professores que atuam no Ensino Fundamental, julguei oportuno elencar os objetivos propostos pela Escola para o Ensino Fundamental:

- desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, escritos e cálculos;
- criar oportunidades para a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam a sociedade;
- desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- fortalecer os vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que assenta a vida social.

A referida escola é uma instituição em permanente processo de planejamento, é o que consta no artigo 12 do seu regimento, com a finalidade de atingir seus objetivos, expressos no Plano Político Pedagógico, nos Planos de Estudos, no Regimento Escolar, nos Planos de Trabalho dos Professores e no Plano Anual de Ação.

O Plano Político Pedagógico evidencia os princípios filosóficos e pedagógicos de escola que a comunidade propõe; os Planos de Estudos propõem e articulam entre si os conteúdos que a escola utiliza como instrumentos para a construção do saber; o Regimento Escolar normatiza as ações da Escola; os Planos de Trabalho detalham e projetam no tempo a ação do professor e o Plano Anual de Ação constitui a pauta anual de trabalho da escola, a qual organiza, harmoniza e articula o trabalho de todos os seus setores.

O Regimento Escolar, ao se referir sobre Plano Político Pedagógico, salienta que este tem como objetivo explicitar que tipo de Escola, de Educador e de Educando a Comunidade Educativa propõe, servindo como

base para desencadear ações coerentes com a Filosofia de Educação. Construído em documento próprio, pelo conjunto da Comunidade, o referido Plano tem a finalidade de se constituir em fundamento e elo de unidade e convergência de todas as ações desenvolvidas, desde as mais simples até as mais complexas.

A partir das considerações feitas no Regimento Escolar, busquei no Plano Político Pedagógico que tipo de escola, de educador e de educando esta comunidade escolar idealiza.

O Plano Político Pedagógico descreve que essa comunidade concebe a escola como um espaço aberto e acolhedor da comunidade local, com proposta alternativa de educação, favorecendo o crescimento pessoal e comunitário e a transformação estrutural da sociedade.

A referida escola caminha para a adoção e implementação do processo permanente de planejamento, que se manifesta na criatividade da comunidade educativa, na busca de maior participação nas decisões, na dinamicidade e flexibilidade de toda a comunidade educativa na programação e realização das atividades. Caminha, também, para a implantação de uma administração comunitária e participativa que se manifesta no clima de amizade e de liberdade, na autonomia dos departamentos e grupos, na unidade de ação e na liberdade de decisões.

O trabalho de professor que essa Escola idealiza se expressa em diversas funções, tais como:

- transmitir conhecimentos teóricos;
- fomentar no educando o desenvolvimento de atitudes intelectuais e capacidades que lhe permitam o acesso à cultura ao longo de sua vida;
- suscitar valores e ideais mediante uma aproximação afetiva com o educando, que ilumine e ative suas aspirações profundas, que dinamize sua

inata tendência para determinados fins, que confira unidade ao agir ocasional, ao trabalho permanente e à sua existência neste mundo;

- exercitar as atitudes morais, o comportamento e a ação;
- preparar para assumir opções cada vez mais livres e responsáveis;
- partilhar e comunicar a própria experiência de vida; desenvolver a capacidade crítica do jovem;
- fomentar o relacionamento amistoso com os outros educandos de índole e condições diversas;
- facilitar ao jovem o encontro com as diversas associações que movem a vida cultural, cívica, científica e religiosa, com o fim de inseri-lo na sociedade civil e na comunidade humana.

Ao se referir sobre o educando, a pessoa humana que essa Comunidade Escolar idealiza se caracteriza fundamentalmente como:

- um ser biopsíquico que tem corpo individualizado, com emoções e sensações harmonizadas, que se concebe, se aceita, se valoriza e desenvolve suas potencialidades.
- um ser social, fraterno e solidário, que luta pelos direitos humanos, aberto às necessidades do outro, numa atitude dialógica e prospectiva;
- um ser cultural, que respeita e cultiva os conhecimentos, os valores e significados de seu grupo;
- um ser político, comprometido com a caminhada histórica de seu grupo, no exercício da liberdade responsável, na convivência solidária e na prática de relações democráticas.
- um ser optante por um compromisso de fé, operante da esperança na ação, aqui e agora, numa profunda abertura ao transcendente.

Com base no Plano Político Pedagógico da Escola e nas Diretrizes da Educação Nacional e Estadual, são também elaborados, pela Comunidade Educativa, e por ela propostos e aprovados pela Entidade Mantenedora, os Planos de Estudos.

Os Planos de Estudo da Escola investigada são frutos do esforço, amadurecimento e experiência dos professores e comunidade educativa, numa visão atualizada de educação, oferecendo subsídios para o desenvolvimento das capacidades do educando, permitindo-lhe fazer a experiência de se tornar sujeito na aventura humana de construir o próprio saber.

Considerados como parte indissociável do Plano Pedagógico e do Regimento Escolar, os Planos de Estudo servem de base para os Planos de Trabalho dos Professores. Os Planos de Estudo não podem ser vistos como uma relação de conteúdos que o professor “tem que passar para a turma”, mas sim considerados como instrumentos, meios, dos quais a Escola e os professores se valerão para alcançar os objetivos maiores da Educação.

Sendo o foco deste trabalho a Educação Física enquanto componente curricular, busquei nos Planos de Estudos da escola, quais são os conteúdos a serem trabalhados pelos professores do Ensino Fundamental, de 5ª a 8ª série, durante um ano letivo, que é dividido por trimestres.

5ª série: - Conhecimentos sobre o corpo;

- Esportes, jogos, lutas e variações de Ginásticas;
- Atividades rítmicas e de socialização.

6ª série: - Educação psicomotora e socialização;

- Iniciação Desportiva;
- Regras dos Esportes.



7ª e 8ª série: - Prática Desportiva;

- Integração e Socialização;
- Integração com as demais disciplinas.

Para o desenvolvimento das aulas de Educação Física, a escola possui uma boa infra-estrutura, com um ginásio de esportes e duas quadras abertas. Essas aulas são ministradas por quatro professores, sendo que para o Ensino Fundamental, a partir da 5ª série, a carga horária desta disciplina é de três horas/aula por semana e para o Ensino Médio, duas horas/aula.

Para as aulas de Educação Física, os meninos são separados das meninas e as aulas ocorrem no turno inverso, ou seja, se o aluno estuda de manhã participa da aula de Educação Física no turno da tarde; se estuda à tarde, participa no turno da manhã.

Na escola onde aconteceu a pesquisa existe uma sala específica para os professores de Educação Física, localizada dentro do Ginásio de Esportes, onde os professores reúnem-se quando necessário e também serve para guardar todo o material utilizado nas aulas. Vale ressaltar que na escola, tanto para a Educação Física quanto para os demais componentes curriculares, há um professor Coordenador de Área, com a função de orientar e auxiliar seus colegas.

Quanto aos Planos de Trabalho dos Professores, o Regimento Escolar descreve que a organização curricular evidencia-se, também, nos Planos de Trabalho, elaborados pelo professor – a partir do Projeto Pedagógico, dos Planos de Estudo e dos princípios filosóficos e pedagógicos, bem como dos demais preceitos legais que fundamentam o currículo da escola – para cada turma, ao início de cada ano letivo. Segundo o regimento, artigo 16, os Planos de Trabalho devem conter:

- uma visão clara do que vai ser estudado;

- quando vai ser estudado;
- por quanto tempo vai ser estudado;
- quais os objetivos, conteúdos e profundidade do que vai ser estudado;
- quais as competências e habilidades a serem desenvolvidas;
- instrumentos e critérios de avaliação.

O Regimento Escolar também faz referência ao Planejamento (p.30), ressaltando que cada segmento da organização escolar entregará à Direção, até o último dia de cada ano letivo, seu planejamento para o ano seguinte, contendo os objetivos, ações, responsáveis, abrangência, cronograma e avaliação, para que seja integrado ao Plano Global da Escola.

Para conhecer como se processa o planejamento das aulas de Educação Física nessa escola, foram entrevistados os professores de Educação Física do Ensino Fundamental, de 5ª a 8ª série, e, também, a Equipe Diretiva da Escola. Em relação à escolha dos participantes deste estudo, acredito que os professores, juntamente com os alunos, são os atores principais da prática pedagógica, através dos quais o planejamento de ensino se concretiza.

Nesse sentido, por fazer parte do corpo docente da Escola investigada, escolhi como sujeitos desta pesquisa, os quatro professores da disciplina de Educação Física, bem como a Equipe Diretiva desta escola.

Primeiro fiz um contato com a Direção da escola e com cada um dos sujeitos deste estudo, quando apresentei o projeto e os objetivos do trabalho. Informei-lhes, também, que seriam realizadas entrevistas. Após o aceite de todos, iniciei o trabalho de campo.

Para esta pesquisa realizei sete entrevistas, uma com cada professor de Educação Física que ministram aulas no Ensino Fundamental, bem como com a Equipe Diretiva da escola: Direção, Vice-direção e Supervisão.

Para uma melhor compreensão dos participantes deste estudo, apresento, a seguir, um perfil de cada um, contendo algumas informações gerais de identificação, formação acadêmica e experiências profissionais.

Luiza é natural de Uruguaiana (RS) e nasceu no ano de 1947. Coursou o antigo Ginásio nas Escolas Estaduais Maria Rocha e Olavo Bilac e o chamado Colegial na Escola Estadual Manoel Ribas, todas localizadas no município de Santa Maria. Sua graduação em Educação Física foi realizada na Universidade Federal de Santa Maria e o ano de conclusão do curso foi 1977. Está no magistério há 25 anos atuando como professora de Educação Física. Trabalha nesta escola há nove anos, com carga horária de 40 horas semanais, sendo que no turno da noite ocupa o cargo de vice-diretora da escola.

Petita é natural de Santa Maria (RS). Nasceu no ano de 1950. Coursou o então 1º Grau nas Escolas Públicas Estaduais Cícero Barreto e Maria Rocha e o 2º Grau na Escola Estadual Manoel Ribas, todas localizadas no município de Santa Maria. Sua graduação em Educação Física foi realizada na Universidade Federal de Santa Maria e o ano de conclusão do curso foi 1972. Possui pós-graduação ao nível de especialização em Biomecânica, cursado na Universidade Federal de Santa Maria. Petita tem 30 anos de magistério, trabalhou em escolas da rede particular e estadual de ensino de Santa Maria, bem como na Universidade de Cruz Alta (RS). Aposentada por 20 horas da rede estadual de ensino, atualmente trabalha 20 horas/aula nessa Escola, onde ocupa o cargo de Coordenadora de Educação Física, atuando com a disciplina de Educação Física em 04 turmas de 6ª série do Ensino Fundamental. Também desenvolve projetos na escola e ministra treinamento nas modalidades de voleibol, handebol e futsal.

Marcos é natural de Carazinho (RS), nasceu no ano de 1949. Coursou o então 1º e 2º Grau no Instituto São José, no município de Santa Maria. Sua graduação em Educação Física foi realizada na Universidade Federal de Santa Maria e o ano de conclusão do curso foi 1976. Iniciou no

magistério em 1977, dando aulas de Educação Física em uma escola próxima à Costa do Uruguai, em Tenente Portela (RS). Trabalhou 10 anos na Escola Cícero Barreto em Santa Maria e está na Escola há 10 anos. Sua carga horária na escola é de 40 horas semanais, distribuídas com aulas de Educação Física no Ensino Fundamental em 7 turmas: duas 5ª séries, duas 6ª séries e três 7ª séries. Também desenvolve projeto de futsal na escola, treinando equipes masculinas e femininas.

Pedro é natural de São Luis Gonzaga (RS). Sua graduação em Educação Física foi realizada na Universidade Federal de Santa Maria e o ano de conclusão do curso foi 1975. Possui pós-graduação em nível de especialização em Atletismo, cursada na Universidade Federal de Santa Maria. Está no magistério público estadual há 27 anos atuando como professor de Educação Física. Chegou nessa escola no ano de 2002. Sua carga horária de trabalho é de 60 horas semanais, distribuídas com aulas de Educação Física em turmas do Ensino Fundamental e Médio.

Augusta é natural de Santa Maria (RS), nasceu no ano de 1950. Coursou o Primário na Escola Normal Beata Tereza Verzeri, no município de Santo Ângelo (RS). Coursou o Ginásio na Escola Nossa Senhora de Fátima e o Segundo Grau Clássico no Colégio Centenário, ambos localizados no município de Santa Maria. Sua Graduação foi em História pela Universidade Federal de Santa Maria, concluída em 1975, e em Estudos Sociais pela FIC-Faculdade Imaculada Conceição- sendo 1997 o ano de conclusão. Ocupa o cargo de diretora dessa escola desde janeiro de 2002, com um regime de trabalho de 40h semanais.

Joana é natural de Santa Maria (RS). Nasceu no ano de 1959. Coursou o então 1º Grau na Escola Estadual Coronel Pilar em Santa Maria e o Magistério na Escola Santa Dorotéa, em Porto Alegre. Concluiu em 1998 o curso de Graduação em Pedagogia pela UNIFRA – Universidade Franciscana, em Santa Maria. Atualmente ocupa na Escola pesquisada o

cargo de vice-diretora do turno da manhã e à tarde trabalha com uma turma de pré-escola. Tem um regime de trabalho de 40 horas semanais.

Sabrina nasceu no ano de 1964 e é natural de Santa Maria (RS). Kursou o Primeiro Grau nas Escolas Estaduais Alberto Pasqualine, Júlio de Castilhos, Escola Polivalente, Escola Rômulo Zaque, todas localizadas no município de Santa Maria. O Segundo Grau, também foi cursado nesse município, na Escola Estadual Coronel Pilar. Formou-se em Letras - Português, pela FIC – Faculdade Imaculada Conceição, no ano de 1997. É especialista em Língua e Literatura e atualmente cursa uma Especialização em Pedagogia Gestora: Orientação, Supervisão e Direção. Com um regime de trabalho nessa escola de 40 horas semanais, ocupa o cargo de Supervisora e trabalha com a disciplina de Português nas quintas séries e Progressão Parcial de 5ª a 8ª série.

É importante ressaltar que a Direção da escola foi receptiva e cordial, bem como que os professores de Educação Física se prontificaram a colaborar com o presente estudo, na expectativa de que esta investigação possa contribuir com a sua prática pedagógica.

Utilizei como instrumento de coleta de dados nessa pesquisa qualitativa a entrevista semi-estruturada e a observação das aulas. Lüdke e André afirmam que a “entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta dos dados, (...) uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa utilizados em ciências sociais” (1986, p.33).

Através das entrevistas semi-estruturadas que se compõem de perguntas abertas e fechadas, o entrevistado discorre sobre o tema, sem condições pré-fixadas pelo investigador (Minayo,1994).

Para Negrine (1999), a entrevista é semi-estruturada quando

O instrumento de coletas está pensado para obter informações de questões concretas, previamente

definidas pelo pesquisador, e, ao mesmo tempo, permite que se realize explorações não-previstas, oferecendo liberdade ao entrevistado para dissertar sobre o tema ou abordar aspectos que sejam relevantes sobre o que pensa (p.74).

Como já foi mencionado, para este estudo realizei sete entrevistas, uma com cada professor de Educação Física do Ensino Fundamental, totalizando 4, bem como com a Equipe Diretiva da Escola, totalizando 3. Estas entrevistas aconteceram na própria escola onde realizei a pesquisa, nos meses de outubro e novembro do ano de dois mil e três.

As entrevistas foram realizadas com os professores de Educação Física, na sala de Educação Física, que se localiza no ginásio de esportes e para a equipe diretiva em suas respectivas salas, sempre priorizando um ambiente silencioso o suficiente para a realização das gravações, bem como para manter a atenção nas questões da entrevista.

Antes de iniciar cada entrevista, explicava aos sujeitos desta pesquisa o procedimento utilizado. Informei-lhes que os nomes seriam trocados por nomes fictícios para preservarem suas identidades. As gravações foram realizadas sempre com a autorização dos participantes, utilizando um gravador. A duração das entrevistas foi em torno de vinte e cinco a quarenta e cinco minutos. A transcrição das mesmas aconteceu logo após a sua realização, quando recordava cada gesto, fala ou silêncio dos entrevistados, para que não se perdesse nenhum dado que seria importante para a construção da pesquisa.

Para a realização das entrevistas, seguiu-se um roteiro com questões orientadoras (Anexo 1), as quais foram elaboradas para conhecer a problemática levantada, a partir de alguns conhecimentos que tinha por fazer parte desse contexto escolar. Segundo Triviños (1987), esse procedimento é característico de uma entrevista semi-estruturada, em que as questões iniciais são “resultados não só da teoria que alimenta a ação do

investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa” (p.146).

Após a realização das entrevistas com os professores de Educação Física participantes desta pesquisa, senti a necessidade de buscar informações complementares com a Equipe Diretiva da escola. Para isso, realizei uma entrevista semi-estruturada (Anexo 2) com a Diretora, Vice-Diretora e Supervisora da Escola.

Outro instrumento que utilizei para coletar os dados durante o trabalho de campo, foi a observação das aulas de Educação Física dos professores que atuam no Ensino Fundamental. Ao longo do mês de outubro de 2003 observei uma aula semanal de cada professor e, por atuar nesta escola, não tive nenhum empecilho em assisti-las. Tais observações serviram de auxílio para a análise e interpretação dos resultados dessa pesquisa, que apresento no próximo capítulo.

A partir das características apresentadas sobre a entrevista semi-estruturada e observação, acredito serem estes instrumentos adequados para a obtenção dos dados dessa pesquisa. Assim sendo, apresento, a seguir, dentro deste capítulo denominado “Os Caminhos da Investigação”, a opção metodológica que utilizei para analisar e interpretar as entrevistas.

A análise de dados qualitativos, segundo Lüdke e André (1986), é um processo criativo que exige um rigor intelectual e muita dedicação, não existindo uma forma melhor ou mais correta. O que se exige é sistematização e coerência do esquema escolhido com o que pretende o estudo.

Para análise e interpretação das entrevistas utilizei a metodologia de análise de conteúdo. Chizzoti (2000, p.98) afirma: “O objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” .

O processo de análise de conteúdo, segundo Moraes (1999), é constituído de cinco etapas: Preparação das Informações; Unitarização ou transformação de conteúdos em unidades; Categorização ou classificação das unidades em categorias; Descrição e Interpretação.

Essas etapas acima citadas foram observadas para analisar e interpretar os resultados da presente pesquisa. A seguir descrevo cada uma delas:

**1- Preparação das Informações:** As informações analisadas a partir da entrevista, foram submetidas a um processo de preparação. Na primeira etapa, verifiquei se os dados obtidos estavam relacionados com os objetivos da pesquisa.

**2 - Unitarização ou transformação de conteúdos em unidades:** relendo cuidadosamente as entrevistas, defini as unidades de análise, interpretando-as sem o auxílio de nenhuma informação adicional.

**3 - Categorização ou classificação das unidades em categorias:** uma vez identificadas e codificadas todas as unidades de análise, iniciei a etapa de categorização, considerada uma das etapas mais criativas da Análise de Conteúdo. Conforme Moraes (1999, p.19), “As categorias representam o resultado de um esforço de síntese de uma comunicação, destacando neste processo seus aspectos mais importantes” .

Nesta pesquisa foram definidas quatro categorias de análise:

- a) A Concepção e o Papel da Educação Física Escolar
- b) A Prática Pedagógica do Professor de Educação Física
- c) Conteúdos Trabalhados na Educação Física
- d) Planejamento de Aula dos Professores de Educação Física



**4 – Descrição:** essa etapa é considerada de extrema importância, pois é o momento de expressar os significados contidos nas mensagens analisadas, sendo que “para cada uma das categorias será produzido um texto-síntese em que se expresse o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise incluídas em cada uma delas” (Moraes, 1999, p.23). Para o referido autor é através desse texto produzido como resultado de análise que se poderá perceber a validade da pesquisa e seus resultados.

**5 – Interpretação:** uma boa análise de conteúdo não deve limitar-se à descrição (Moraes, 1999). Torna-se importante que o pesquisador procure ir além, tentando atingir uma compreensão mais aprofundada do conteúdo das mensagens mediante inferência e interpretação, sendo esta última mais associada à pesquisa qualitativa.

Apresento, a seguir, a análise e interpretação das entrevistas. Após ouvir a fala dos sujeitos desta pesquisa, busquei relacioná-las com o referencial teórico que orienta este trabalho.

## CAPÍTULO IV

### APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

As informações obtidas ao longo do trabalho de campo foram organizadas de maneira coerente, lógica e sucinta a fim de serem analisadas de acordo com categorias, estas entendidas como procedimento de classificação das informações recolhidas por unidades de significados relevantes para a pesquisa.

Segundo Lüdke e André,

A construção de categorias não é tarefa fácil, elas surgem, num primeiro momento, do arcabouço teórico em que se apóia a pesquisa. Este conjunto inicial de categorias, no entanto, vai ser modificado ao longo do estudo, num processo dinâmico de confronto constante entre teoria e empiria o que origina novas concepções e, conseqüentemente, novos focos de interesse (1986, p.42).

Neste capítulo apresento as categorias de análise que foram definidas a partir das observações das aulas de Educação Física, bem como das respostas dadas pelos entrevistados. Através de leituras e releituras das entrevistas, agrupei os dados em quatro categorias que considero relevantes para investigar o tema abordado. São elas: a) A Concepção e o Papel da Educação Física Escolar, b) A Prática Pedagógica do Professor de Educação Física, c) Conteúdos Trabalhados na Educação Física, d) Planejamento de Aula dos professores de Educação Física.

As referidas categorias são analisadas e descritas a seguir, não significando, porém, que sejam estanques. Muitas vezes elas aparecem inseridas umas nas outras, mas, para fins didáticos, optei por escrevê-las em separado, dando ênfase a algumas falas dos entrevistados consideradas significativas, com o objetivo de buscar respostas à questão norteadora

desta pesquisa: Como os professores de Educação Física do Ensino Fundamental de uma Escola Pública de Santa Maria (RS) compreendem o planejamento de aula e como o aplicam na sua prática educativa?

### **A Concepção e o Papel da Educação Física Escolar**

A Educação Física Escolar é uma disciplina vinculada a uma dinâmica de currículo a qual se embasa na Proposta Pedagógica da Escola. Assim sendo, busquei compreender, através da categoria: A Concepção e o Papel da Educação Física Escolar, qual o significado que os entrevistados atribuem à Educação Física, bem como qual o papel desse componente curricular no contexto da escola pesquisada.

Parece-me pertinente fazer referência ao caráter terminológico da expressão Educação Física. Segundo Bracht (1992), o termo Educação Física tem sido usado no Brasil, concomitantemente, num sentido restrito e num sentido amplo.

No seu sentido “restrito”, o termo Educação Física abrange as atividades pedagógicas, tendo como tema o movimento corporal e que toma lugar na instituição educacional. No seu sentido “amplo” tem sido utilizado para designar, inadequadamente a meu ver, todas as manifestações culturais ligadas à ludomotricidade humana, que no seu conjunto parecem-me melhor abarcadas por termos como cultura corporal ou cultura de movimento (Bracht, 1992, p.15).

O movimento como tema da Educação Física é o que se apresenta na forma de jogos, de ginástica, de esportes, de dança, etc. Estes movimentos, segundo Bracht (1992), não são propriedade exclusiva desta área ou desta prática pedagógica, “muito pelo contrário, a Educação Física

apoderou-se em maior ou menor grau destas atividades corporais, pedagogizando-as (ou pretendendo pedagogizá-las)” (Ibid, p.16).

Quanto à Concepção de Educação Física, os professores de Educação Física entrevistados assim se expressam:

Uma das razões que me levou a tirar a Educação Física foi a saúde, então eu tenho a Educação Física como o melhor remédio, a pessoa não precisa nem tomar remédio, desde que faça uma alimentação adequada, faça exercício, pratique esporte desde pequeno, ela vai estar bem protegida. (Marcos)

Eu acho que Educação Física nem combina mais físico, seria educação geral o termo mais apropriado para a nossa área, eu acho que já passou a época do físico, do aluno musculoso, já não se concebe mais isso, outras épocas, hoje é mais o esporte, a qualidade de vida, o benefício para si, para que o aluno saia com esta mentalidade que ele precisa do exercício para a saúde para o seu bem estar. (Pedro)

...Enquanto eles estão jogando aqui, gente, eles não estão fumando, não estão bebendo, não traz problema para a escola, com indisciplina, porque eles estão bem feliz de jogar, porque eles competiram, ou estão se preparando, ou vão fazer uma disputa aqui, lá no campinho deles... (Luiza)

Eles têm necessidade de uma recreação, de um lazer, aqui principalmente eles não têm nada, então eu acho que eles vêem a aula de Educação Física como um lazer, como uma descarga de energia, eles precisam também porque são alunos que ficam muito em frente à televisão, vídeo-game estas coisas, então eles precisam, a gente vê que eles têm muita energia acumulada e, as vezes, a gente tem que dar uma corrida, umas coisas para eles descarregarem um pouco. (Petita)

Para analisar o significado que os professores participantes desta pesquisa atribuem à Educação Física, utilizei as quatro concepções de

Educação Física Escolar apontadas por Kunz (1998, p.106-107): Concepção Biológico-Funcional, Técnico- Esportiva, Formativa Recreativa e a Concepção Crítico-Emancipatória.

Dentre as várias propostas de Educação Física existentes e descritas no capítulo II que aborda o Planejamento na Educação Física, optei pela classificação de Kunz, por entender que esta consegue abranger as principais tendências atuais de trabalho com a Educação Física na Escola.

A **Concepção Biológico-Funcional** pode ser identificada na fala do professor Marcos, na medida em que ele confere ênfase à promoção da saúde através da prática contínua de atividade física, como um meio de adquirir um estilo de vida ativo.

A outra concepção, denominada **Concepção Técnico-Esportiva** que segundo Kunz (2001), é considerada hegemônica na escola, foi observada ao analisar a fala dos professores Pedro e Luiza, onde a Educação Física seria basicamente uma educação esportiva.

É inegável que o esporte é uma produção cultural e pode ser um dos conteúdos trabalhados na Educação Física Escolar, mas não o único conteúdo (Kunz, 1998 e 2001) e Bracht (1992). Os professores deveriam primar por um esporte escolar que possibilitasse superar os códigos da instituição esportiva (competição, comparação de rendimentos, recordes, sucesso esportivo como sinônimo de vitória, regulamentação rígida) e buscassem construir códigos como: igualdade de condições, solidariedade, criatividade e criticidade. Hoje, este é um dos grandes desafios lançados ao professor de Educação Física.

A terceira concepção, denominada por Kunz (1998, p.106) de **Formativa Recreativa**, considera que o papel da Educação Física é de contribuir para a formação da personalidade do aluno e das habilidades motoras gerais, visando a sua adaptação à vida em sociedade, oferecendo-lhe opções para organizar o seu tempo livre, através da ludicidade. Esta

concepção foi observada na fala da professora Petita, que enfatiza a Educação Física como espaço de lazer, onde as atividades desenvolvidas baseiam-se no prazer e na espontaneidade dos alunos, buscando a alegria e a sociabilidade.

Na mesma concepção Formativa Recreativa, a formação integral do aluno também foi citada, evidenciando que a Educação Física influencia não só no aspecto físico, mas também nas várias dimensões do ser humano. Percebi a presença desta concepção na fala de duas professoras que fazem parte da Equipe Diretiva:

Muito importante, já que ela (Educação Física) desenvolve todo o ser humano né, como um todo, então eu acho assim que é uma atividade que além dos alunos gostarem, contribui e muito para o desenvolvimento da pessoa, já que eles não têm outro lugar, outro local, outro tempo para se movimentar, se exercitar, então a escola propicia isso ai. (Joana)

Aqui é de grande relevância a Educação Física, (...) para muitos alunos é a coisa mais importante em vista de sua própria situação sócio-econômica, então para eles isso é a oportunidade que eles têm, muitos, até de desenvolver as suas potencialidades, até uma forma de busca de realização pessoal, porque para eles não é uma disciplina como eu disse, é uma forma de enriquecimento. (Augusta)

Ao apontar a Educação Física como forma de desenvolver as capacidades dos alunos no sentido de uma integralidade, estes relatos estão condizentes com uma concepção, onde o envolvimento da Educação Física é com o desenvolvimento da criança, com o ato de aprender, com os processos cognitivos, afetivos, e psicomotores, ou seja, buscando garantir a formação integral do aluno.

Soares (1996) afirma que o discurso e a prática da Educação Física, sob a influência da Psicomotricidade, apontam para a necessidade do

professor de Educação Física sentir-se um docente com responsabilidades escolares e pedagógicas.

Outro enfoque dentro desta terceira concepção é apresentado pela professora Luiza, referindo-se à construção das habilidades motoras, a fim de que os alunos possam vivenciar várias experiências tanto dentro como fora da escola.

Porque hoje eu vejo assim o quanto é importante a educação de base aqui da Educação Física, então é a lateralidade, tudo, o equilíbrio, ritmo, tudo o que tu possas imaginar, aquela agilidade, aquela tomada sabe, então eu vi que isso, todas essas habilidades aqui na primeira série, da primeira série iniciando, eles vão ter lá um maior aproveitamento que é o limite, sabe o espaço, é o temporal, o ritmo, é tudo aquilo que eles precisam lá para sentar e se concentrar, saber que eu posso ir até ali, porque na brincadeira, agora não pode sair antes, é a prontidão que estamos aprontando eles, tanto para o esporte, quanto lá para leitura, para as primeiras letras, para a alfabetização.

Assim sendo, a professora Luiza entende a Educação Física como uma disciplina que permite à criança e ao adolescente aprender habilidades básicas; que trabalha com movimentos como saltar, correr, ter noções de espaço e tempo, lateralidade, coordenação, expressão, motricidade, podendo auxiliar os alunos a terem limites e a se concentrarem nas atividades desenvolvidas em sala de aula.

Um significado um pouco diferente destes até então atribuídos à Educação Física, foi dado por uma das professoras que faz parte da Equipe Diretiva

Eu acredito assim que a Educação Física é um momento de interlocução, né, entre o aluno e o todo da escola, por quê? Ela trabalha com o corpo e principalmente com o que eu tenho observado dos professores na escola, ela trabalha muito com o eu, aquele lado que não é trabalhado nunca no aluno, é sempre deixado de lado e que agora está se fazendo um resgate. (Sabrina)

O significado atribuído para a Educação Física, ao qual a professora Sabrina se referiu, aproxima-se da quarta concepção apresentada por Kunz (1998, p.107) que se denomina **Crítico-Emancipatória**. Esta compreende a Educação Física como espaço para socializar os conhecimentos em torno da cultura corporal de movimento, construídos historicamente pela humanidade, contribuindo, desse modo, para o aluno entender e analisar melhor o mundo ao seu redor.

Essas quatro concepções, apresentadas por Kunz, baseiam-se nos interesses que orientam os professores de Educação Física na sua prática pedagógica. Constatei, no entanto, que apesar das concepções Crítico-Emancipatório e a Crítico-Superadora serem as mais relevantes e significativas para se trabalhar na escola, não estavam presentes nas falas dos professores de Educação Física e nem nas aulas observadas. Isto talvez ocorra porque os professores não conhecem ou não assimilaram estas novas propostas, que entendem a Educação Física como área do conhecimento da cultura corporal de movimento e a Educação Física escolar como um componente curricular que introduz e integra o aluno na cultura corporal de movimento. Dessa forma, proporcionar ao aluno usufruir dos jogos, esportes, danças e ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e de uma melhor qualidade de vida.

Na escola onde realizei a pesquisa, observei, através das análises das entrevistas realizadas com a Equipe Diretiva, que o papel da Educação Física é de grande importância. Isto é percebido na seguinte fala:

Para mim a disciplina de Educação Física atualmente representa um grande papel na escola. Por quê? Porque é o que as crianças, os alunos mais acatam, e com o que eles mais se identificam dentro da escola é a disciplina de Educação Física. Porque para eles não é uma obrigação. Eles não levam a Educação Física como uma obrigatoriedade, mas aquilo é um prazer. Então é muito importante, serve como elo entre os alunos, serve para o crescimento do aluno como um todo, onde ele faz suas amizades. (...) Como status, ela (Educação Física) ocupa



uma situação quase que prioritária dentro da comunidade escolar, não só para os pais como para os alunos, é a prioridade muito grande a Educação Física aqui, é muito bem vista tanto pros alunos quanto para o restante da comunidade. (Augusta)

A fala da professora Augusta confirma o que observei durante a realização da pesquisa de campo, que a Educação Física é respeitada e valorizada dentro do contexto escolar. Sendo assim, tem um grande papel a cumprir nessa comunidade educativa, tornando-se um desafio aos professores de Educação Física da Escola, que através do planejamento de suas aulas proporcionem a participação ativa, reflexiva e criativa dos alunos.

### **A Prática Pedagógica do Professor de Educação Física**

Concebendo prática pedagógica como sendo o conjunto das ações que se estabelecem no processo de ensino e aprendizagem, onde se articulam os objetivos, os conteúdos, os procedimentos metodológicos, a avaliação e a relação professor-aluno, esta categoria objetiva investigar sobre a Prática Pedagógica do Professor de Educação Física na escola onde realizei a pesquisa.

Considerando que o professor e o aluno são os sujeitos da prática pedagógica, o professor conseqüentemente é um educador. Conforme Luckesi (1994, p.115),

Educador é aquele que, tendo adquirido o nível de cultura necessário para o desempenho de sua atividade, dá direção ao ensino e à aprendizagem. Ele assume o papel de mediador entre a cultura elaborada, acumulada e em processo de acumulação pela humanidade, e o educando. O professor fará a mediação entre o coletivo da sociedade e o individual do aluno. Ele exerce o papel de um dos mediadores sociais, entre o universal da sociedade e o particular do aluno.

O professor, no dia-a-dia da prática educativa, depara-se com as seguintes questões: Por que eu ensino? O que devo ensinar? Como eu devo ensinar? E diante deste desafio procura elaborar respostas para desenvolver seu trabalho educativo.

Freire (2002), na sua obra **Pedagogia da Autonomia**, remete-nos aos saberes necessários à prática educativa, onde ele elenca vários tópicos que estão interligados para a construção do ato educativo. Para o referido autor, ensinar exige: rigorosidade metódica; pesquisa; respeito aos saberes dos educandos; criticidade; estética e ética; corporeificação das palavras pelo exemplo; risco, aceitação do novo e rejeição de qualquer forma de discriminação; reflexão crítica sobre a prática; o reconhecimento e assunção da identidade cultural; consciência do inacabamento do ser humano; respeito a autonomia do ser humano; bom senso; humildade; tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores; apreensão da realidade; alegria e esperança; convicção de que a mudança é possível; curiosidade; segurança competência profissional e generosidade; comprometimento; compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo; liberdade e autoridade; tomada consciente de decisões; saber escutar; saber reconhecer que a educação é ideológica; disponibilidade para o diálogo e querer bem aos educandos.

Mesmo estando estas premissas/proposições, neste momento do trabalho, apenas citadas, percebe-se em que está embasado o projeto de homem e sociedade defendidos pelo autor. Esta pequena síntese representa de modo geral as principais exigências apontadas por vários estudiosos da pedagogia crítica, no que se refere à formação de professores no nosso país e no mundo. Na prática pedagógica do professor de Educação Física, no cotidiano da sala de aula, todos esses aspectos poderão se refletir nos alunos com os quais ele interage, de acordo com os saberes específicos que ele possui e fizer uso para desempenhar seu papel.

Considera-se que o professor de Educação Física deveria possuir muitos desses saberes citados por Freire (2002), pois é um profissional que tem conhecimentos e habilidades, próprias para exercer o trabalho educativo. Possui um saber técnico relacionado a sua área de conhecimento e um saber pedagógico para transformar o conhecimento de sua área em conhecimento escolar.

Os estudos, em nível de educação básica, dos professores de Educação Física envolvidos nesta pesquisa, consituíram-se de experiências e recordações prazerosas dessa fase, com intenso envolvimento em atividades esportivas na escola.

A opção pelo curso de Educação Física é manifestada principalmente por essas experiências positivas, e a expectativa ao entrar na graduação é de continuidade desse processo (Bossle, 2003). Isso fica evidente na seguinte fala

Eu optei pela Educação Física porque eu sempre fui um atleta também em tempo de colégio, então aquilo ficou dentro de mim, e o meu mestre, o meu professor de Educação Física era muito incentivador e foi aí que me levou a fazer Educação Física. (Marcos)

Estas práticas vivenciadas ao longo da vida, neste caso pelos professores de Educação Física, na sua interação com os outros, em seu mundo de vida, consitui-se aquilo que Molina (2002) se refere como “autoformação”. Considerando que os professores praticaram/praticam esportes, jogos, danças, ginásticas, enfim, já tiveram contato prévio com os conteúdos que irão trabalhar na sua prática pedagógica, a sua autoformação já se inicia muito antes do seu ingresso no Curso de Educação Física.

A Formação de Professores é um dos temas que tem gerado muitas discussões no campo educacional, não sendo intenção neste trabalho

aprofundar esta questão, apenas citar a existência da Formação Inicial e verificar se os entrevistados buscam sua Formação Continuada.

A Formação Inicial se dá através de um curso superior formal, dentro de uma Instituição de Ensino Superior, a Universidade, e se desenvolve através de um currículo formal com conteúdos e atividades de estágio (Pimenta, 1999, p.16). Todos os professores de Educação Física passaram por essa formação inicial, cursando a graduação na Universidade Federal de Santa Maria (RS), na década de 70 do século XX.

Encontrei em autores como Lino Castellani Filho (1988) e Valter Bracht (1992) referenciais importantes quanto à formação dos professores de Educação Física, como se desenvolvia tal formação nas instituições nos anos 70, período em que os sujeitos desta pesquisa cursaram sua graduação.

O ensino, nesse período, caracterizava-se por uma tendência tecnicista, onde a educação estava associada à qualificação profissional, a uma formação estritamente técnica desse professor. Bracht (1992, p. 109) afirma que “a formação estritamente técnica desse profissional não consegue inscrever sua prática num contexto social mais amplo, num projeto de sociedade, numa visão de mundo”. Nesse contexto, os professores de Educação Física trabalhavam o esporte como meta, estabelecendo objetivos específicos e procurando estratégias para atingi-las. Tal prática ainda é percebida hoje em muitas escolas, inclusive naquela onde realizei essa pesquisa.

Com relação à Formação Continuada, Pimenta (1999, p.16) aponta que “a prática mais freqüente tem sido a de realizar cursos de suplência e/ou atualização dos conteúdos do ensino”. Neste tipo de formação, o que se percebe é uma busca pelo professor de algo que lhe oriente, dê subsídios e o auxilie em sua prática pedagógica. No caso dos professores

entrevistados, todos afirmaram que realizam cursos, pelo menos um por ano, e que a escola os libera para isso.

Segundo Freire (2002), na Formação Continuada dos professores, o momento fundamental é o de reflexão sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.

Um outro subsídio que o professor pode recorrer para auxiliá-lo na atividade docente são as leituras pedagógicas. Quando questionados a esse respeito, dois professores responderam que não realizam tais leituras, sabem da sua importância, mas por comodismo não o fazem. Outros dois responderam que sim, que acham importante se manterem atualizados. Esta constatação fica evidente na fala da professora Petita:

Sim, eu sempre gostei desta parte pedagógica (...) dá uma fundamentação bem boa para a gente, para a questão pedagógica e para os planos de trabalho, para ver, por exemplo, as tendências atuais, quais são as tendências agora.

A Formação de Professores que fiz referência neste trabalho, mais especificamente direcionada aos Professores de Educação Física, é aquela que lhes possibilita uma prática docente comprometida com o processo de transformação social (Coletivo de Autores, 1992), objetivando não apenas a transformação na/da Educação Física, mas do papel social deste professor.

Outras questões que foram levantadas nesta categoria e merecem ser citadas, referem-se ao diálogo pedagógico entre os professores de Educação Física e a construção de uma proposta coletiva para a área.

No que diz respeito ao diálogo pedagógico entre os professores de Educação Física, a professora Petita respondeu que existe esse diálogo,

porém os outros três entrevistados responderam que não acontece, mas gostariam e acham que seria importante.

(...) Não, até agora não vi nada, é uma pena, poderia acontecer mais reuniões, as reuniões são para dar avisos, é uma pena. (Pedro)

Olha, aqui na escola, não. Eu vejo a Educação Física muito separada do outro grupo de professores (...) o professor fica lá no ginásio, dá sua aula e fica por fora. (Luiza)

Conforme a colocação dos professores Pedro e Luiza, e através do convívio nessa escola, percebi que as reuniões com os professores de Educação Física, quando eram convocados pela Coordenadora de Educação Física, serviam somente para dar avisos, decidir algumas coisas referentes às inter-séries, compra de material esportivo, sendo que poderiam ser melhor aproveitadas, proporcionando um momento de reflexão, de troca de experiências, de diálogo. Segundo Paulo Freire, os educadores que dialogam entre si e com seus alunos, aprendem e crescem na diferença, como seres inacabados que são. “Testemunhar a abertura aos outros, a disponibilidade curiosa à vida, a seus desafios, são saberes necessários à prática educativa” (2002, p.153).

As reuniões pedagógicas aconteciam na escola uma vez por semana, sempre na quarta-feira, coordenadas pela Supervisão Escolar, com a participação de todos os professores, incluindo os Educação Física, onde os períodos das aulas eram reduzidos e os alunos liberados. Pude observar que, durante as reuniões com o coletivo de professores reunido, esse espaço se tornava um momento para todos, Equipe Diretiva, Supervisão/Coordenação Pedagógica e professores, desabafarem sobre as dificuldades encontradas no cotidiano. Tais reuniões também serviam para informar os avisos gerais; discutir o Projeto Pedagógico; ouvir as reclamações e as sugestões dos docentes, enfim, um momento de parada e organização do trabalho escolar.

É importante ressaltar que perguntei aos quatro professores se existe uma proposta construída coletivamente na Escola investigada para a disciplina de Educação Física. A professora Petita, atuando nessa escola há 8 anos, respondeu que sim. Os outros três professores: Marcos (que está há 10 anos na escola), Luiza (há 9 anos) e Pedro (há 2 anos) responderam que não.

Não, coletiva não, até agora não vi, cada um para si, cada um nas suas aulas, número de aulas, fechar número de aulas, fechar os cadernos, tchau. (Pedro)

Esta constatação de que não existe uma proposta construída coletivamente para a disciplina de Educação Física observei através das aulas, dos planos de estudo sem objetivos, dos cadernos de chamada dos professores, e as falas dos entrevistados confirmarem este fato, o que me causa certa preocupação, pois concordo com Canfield (1996, p.23) quando afirma que “o objetivo é a essência da Educação Física! Se ele não existir, o que estaremos fazendo? Em que embasaremos nossa prática pedagógica? Como poderemos fazer o planejamento desta prática se o objetivo, que é o seu ponto central, não existe?”

Considerando que alunos e professores são os sujeitos da prática pedagógica, perguntei aos entrevistados sobre quais atividades os alunos mais gostavam de fazer nas aulas de Educação Física, bem como, o que poderia estar influenciando esse interesse. Todos foram unânimes em afirmar que os alunos mais gostam é de praticar esportes. Isso pode ser observado na seguinte fala:

“Professor vamos jogar” é esse o tema principal, professor vamos jogar, não vamos perder tempo, professor vamos lá escolher. Tá bem, vamos jogar, se é essa a proposta, é essa a proposta que querem, jogar, ótimo, estão jogando, estão correndo, estão se movimentando estão gastando energia, estão canalizando energia para o bem, ao invés de estar na rua, em outras atividades. (Pedro)

O tema referente ao esporte nas aulas de Educação Física será abordado na próxima categoria, que trata dos conteúdos trabalhados na Educação Física Escolar. Percebi que tal conteúdo está presente em várias respostas dos entrevistados, talvez porque a formação acadêmica de cada um teve grande influência dos esportes, e isso pode se refletir em sua prática pedagógica. Alguns autores, entre eles Pimenta (1999), coloca que as experiências vivenciadas no período de formação inicial são, muitas vezes, internalizadas pelos graduandos e reproduzidas no cotidiano escolar.

A outra questão referia-se sobre o que poderia estar influenciando os alunos a gostarem mais desta ou daquela atividade. Um dos entrevistados faz a seguinte colocação:

Isso influencia porque tudo o que vem vindo desde o início, o que a escola pode oferecer, aí os professores oferecem, então o aluno fica gostando, porque todo o esporte praticado o aluno fica gostando. (Marcos)

Ao observar esta fala e a dos outros professores, percebi que a atividade oferecida ao aluno é praticamente, ou tão somente, o esporte, praticado no Ginásio da Escola, e esse seria um dos motivos para a boa presença e participação dos alunos nas aulas de Educação Física, mesmo estas acontecendo em turno inverso.

Para a realização das aulas de Educação Física, os meninos são separados das meninas, e quando os professores foram questionados a respeito disso, três deles afirmaram que gostam de trabalhar assim, pois os interesses de ambos os sexos são diferentes e isso facilita a organização e o decorrer da aula.

O que eles querem é jogar, e a maioria das meninas não consegue acompanhar o pique dos meninos, então é uma dificuldade, eu não vejo ponto positivo, acho que ia desmotivar muito os meninos, ia desmotivar para o jogo, para o esporte que é a nossa proposta. (Pedro)



Uma das professoras admite trabalhar assim, mas não concorda com esta separação e acha que isso tem que terminar. Eis o que fala a professora Petita:

Porque isso é uma coisa que eu acho que tem que terminar mesmo, eu acho que tem que terminar, começar a terminar lentamente, de repente uma aula junto, eles vão gostar, tenho certeza. Desde que eu cheguei na escola é assim, e depois eu sempre trabalhei assim, mas eu sei que agora está mudando, está mudando a tempo, eu sei que a gente está um pouco atrasado.

Quanto à separação entre meninos e meninas nas aulas de Educação Física, Saraiva (1999) descreve que vários autores, através do relato de suas experiências, consideraram que a prática em conjunto pode ser uma das mais difíceis tarefas da Educação Física Escolar. Isto porque os interesses de ambos são diferentes, meninos e meninas formam grupos homogêneos por sexo, procuram manter uma razoável distância entre os grupos, no espaço disponível, e ainda demonstram grande insatisfação inicial a respeito da proposta da aula.

Para auxiliar o professor nessas situações, a autora acima citada defende a idéia de que o professor de Educação Física deva buscar estratégias que possam ser bem-sucedidas, num empenho pedagógico capaz de promover a superação dos obstáculos e sugere que o ideal seria que ambos os sexos “aspirassem à incursão na cultura do outro sexo, como alargamento de suas potencialidades. Ao mesmo tempo, como um aprendizado de que não existe uma superioridade e uma inferioridade nas diferentes formas de se praticar o esporte” (Saraiva, 1999, p.147).

Entendo que a separação dos meninos e meninas nas aulas de Educação Física dificulta a compreensão de suas diferenças, seus papéis e seus valores, enquanto cidadãos. Essa separação nas aulas de Educação Física afeta o princípio da inclusão (este previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9394/96). Tal princípio prevê que todos

devem ter as mesmas oportunidades, sem levar em conta suas diferenças, pois meninos e meninas não são iguais em suas habilidades, e saber trabalhar com tais diferenças deve estar entre as prioridades da prática pedagógica do professor.

Na nossa cultura, conforme Krug (2002), a socialização das crianças ocorre de modo a estimular os meninos a praticarem atividades físicas mais vigorosas, a mostrarem comportamentos mais agressivos, enquanto que as meninas são encorajadas a desenvolverem o afeto, a obediência e a praticarem atividades físicas mais pacíficas. Ao fazer referência a esse tema, Sousa e Altmann (1999, p.61) assim se expressam: “Se no passado apenas meninos jogavam bola, hoje meninas freqüentam esses campos não mais apenas como espectadoras, mas buscando romper com as hierarquias de gênero”.

Um dos grandes desafios aos professores que ainda separam meninos e meninas, em suas aulas de Educação Física, é tentar reverter essa situação, proporcionando dessa forma trocas de experiências e socialização entre os alunos.

Outro ponto que considero importante ressaltar, dentro desta categoria é que a Equipe Diretiva foi questionada no sentido de como percebe o trabalho do professor de Educação Física na escola. Para Sabrina,

Nossa! é um trabalho assim de dinossauro, porque a escola não tem material, o espaço é muito pequeno, não há uma preocupação da Direção eu diria assim, empenho, da busca, da compra de material, e os professores praticamente trabalham sozinhos, com um material velho, e quando tem esse material velho. Então eu acho que é uma busca muito solitária, mas uma busca fantástica, vocês estão de parabéns.

Esta fala da professora Sabrina representa o que pensa a Equipe Diretiva em relação ao trabalho do professor de Educação Física,

reconhecendo que mesmo, às vezes, sem apoio, sem recursos e material, realiza um trabalho grandioso dentro da escola. Este reconhecimento é de fundamental importância para o professor realizar o seu trabalho.

A prática pedagógica do professor se depara, também, com outro elemento que faz parte do processo de ensino e aprendizagem, a avaliação. Considerando a avaliação como uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, o professor Pedro abordou em sua entrevista que encontra dificuldades em realizá-la:

Não tocamos na avaliação. Essa eu considero seriíssima, eu fico impotente muitas vezes diante de como avaliar o aluno, é sério, é preocupante, eu acho que deveria ter um estudo maior em cima, claro que é difícil, é extenso, é vasto, isso aí é um problema sério, mas eu procuro o que, respeitar como já disse a individualidade, o afetivo, eu acho que o afetivo precisa ser valorizado dentro da nossa área, o que é afetivo? Para mim é o querer, é aquela boa vontade que o aluno demonstra, e não o saber, o cognitivo principalmente, claro que também é importante àquele que sabe, não vamos desprezar, mas não valorizar mais o cognitivo do que o afetivo, o aluno que tem dificuldade e demonstra que ele tem interesse que quer aprender, este sim, mas voltando ao tema avaliação, é complexo, eu vejo, não querendo criticar ninguém, eu vejo em outras escolas, colegas, em outros locais exigir, quase que massacrar o aluno para uma avaliação, eu considero um massacre, não respeita a individualidade, coloca todos num tempo e num espaço, e quer aquele resultado, e as individualidades? Quando tu tem várias turmas, se tu não conhece ainda fica difícil, mas depois de 1,2,3 anos conhece teus alunos deveria ser abolida a tal da avaliação.

As dúvidas que existem sobre avaliação abrangem desde a necessidade e importância até a sua aplicação prática. O termo avaliar muitas vezes é associado a expressões como fazer prova, exame, atribuir nota, passar ou repetir o ano. Essa associação, ainda tão freqüente em algumas escolas, vê a educação como mera transmissão e memorização de

informações e o aluno é visto como um ser passivo e receptivo. A avaliação nesse caso assume um caráter de seleção e competição.

Rombaldi (1996) afirma que em outra perspectiva, a avaliação assume dimensões mais abrangentes, considerada como um meio de diagnosticar e de verificar se os objetivos propostos para o processo de ensino e aprendizagem estão sendo atingidos. Nessa concepção, para o autor acima citado “a avaliação assume uma dimensão orientadora, pois permite que o aluno tome consciência de seus avanços e dificuldades, para continuar progredindo na construção do conhecimento” (Ibid, p.35).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9394/96, faz referência à avaliação no artigo 24, inciso V:

A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; c) possibilidade de avançar nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e) obrigatoriedade de estudos de recuperação de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

A lei acima mencionada procurou transformar e ampliar a concepção de avaliação, deixando claro o direito do aluno em aprender, dando a sistematização e coerência necessária para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra da melhor forma possível, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. No entanto, o que observei naquela escola é que na avaliação do aluno em aulas de Educação Física ainda prevalecem, muitas vezes, os aspectos quantitativos como, por exemplo, a quantidade de voltas (corridas) que é dado pelo aluno ao redor da quadra, em um tempo determinado; quantidade de polichinelos, exercícios de

ginástica executados; o professor observa um jogo de futsal, vôlei, handebol para ver como o aluno joga e então lhe atribui uma nota.

Contrariando a esse tipo de avaliação, o Coletivo de Autores (1992) ressalta que “a ênfase na busca do talento esportivo e no aprimoramento da aptidão física vem condicionando, em parte, a aula e o processo avaliativo, transformando a Educação Física numa atividade desestimulante” (p.99). Os autores deixam claro que a avaliação não se reduz a medir, comparar, classificar e selecionar alunos, muito menos a analisar suas condutas esportivo-motoras, gestos técnicos.

O Coletivo de Autores (1992, p.112) também considera relevante destacar que “a avaliação apresenta, em sua variedade de eventos avaliativos, em cada momento avaliativo, o que a constitui como uma totalidade que tem uma finalidade, um sentido, um conteúdo e uma forma”. Isto é, o sentido busca a concretização do projeto político pedagógico da escola; as finalidades são a organização, compreensão e explicação da realidade; o conteúdo advém da cultura corporal e é selecionado em função de sua relevância para o projeto pedagógico; a forma é a dialógica, comunicativa e participativa.

Considerando que o processo de avaliação não é tarefa fácil, e o que o professor Pedro descreveu como “eu fico impotente muitas vezes diante de como avaliar o aluno”, com certeza, é vivenciado também por outros professores de Educação Física, de outras escolas, mas enquanto profissionais da Educação, devemos buscar alternativas e soluções para tentar reverter esse processo.

Melchior (1994) realizou uma pesquisa com 320 professores que atuam de 1ª a 5ª séries do Ensino Fundamental em Porto Alegre (RS), e perguntou a esses docentes por que executavam a avaliação, e obteve respostas como: porque a escola exige uma nota; para verificar o alcance dos objetivos; para acompanhar o desenvolvimento do aluno e para ver o

que é necessário retomar. No entanto, a maioria dos professores entrevistados optou pela primeira resposta, o que deixa claro a falta de reflexão dos professores sobre por que e para que avaliar.

Conforme Sacristán (2000, p.296), “avaliar não é uma questão esporádica ou circunstancial dos professores(as) e da instituição escolar, mas algo que está muito presente na prática pedagógica”. Sendo a avaliação um dos elementos que fazem parte do processo de planejamento do professor, deveria ser convertida em momentos de aprendizagem, de estímulo para a busca de novos conhecimentos, em momentos de satisfação mútua entre professor e aluno.

O professor de Educação Física é um profissional da Educação preocupado com a tarefa de ensinar. A sua prática docente deve estar voltada para a participação, à cooperação, ao questionamento, ao diálogo entre os sujeitos da prática pedagógica, pois, conforme Freire, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (2002, p.25).

Apesar de não ter constatado no decorrer dessa pesquisa, considero importante salientar que o professor de Educação Física precisa questionar constantemente o seu trabalho, verificando se a sua prática pedagógica possibilita ao aluno o desenvolvimento de uma consciência crítica e questionadora, para interagir como sujeito autônomo na tematização de questões relacionadas à Educação Física, à sociedade e à cidadania.

### **Conteúdos Trabalhados na Educação Física**

A presente categoria intitulada **Conteúdos Trabalhados na Educação Física** possibilitou verificar quais são os conteúdos trabalhados nas aulas de Educação Física, pelos professores que atuam no Ensino Fundamental em uma Escola Pública de Santa Maria (RS).

Os conteúdos, conforme Libâneo (1994, p.128), são definidos como sendo “o conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos, e atitudinais de atuação social, organizados pedagógica e didaticamente, tendo em vista a assimilação ativa e aplicação pelos alunos na sua prática de vida”. Devem, portanto, incluir elementos da vivência prática dos alunos para torná-los mais significativos, mais vivos, mais vitais, de modo que os alunos possam assimilá-los ativa e conscientemente.

Para Sacristán (2000, p.150), os conteúdos compreendem

Todas as aprendizagens que os alunos/as devem alcançar para progredir nas direções que marcam os fins da educação numa etapa de escolarização, em qualquer área ou fora delas, e para tal é necessário estimular comportamentos, adquirir valores, atitudes e habilidades de pensamento, além de conhecimento.

Os conteúdos são instrumentos utilizados para se chegar aos objetivos presentes em um planejamento, seja ele bimestral, trimestral, semestral ou anual. Deve-se ter em mente que os “objetivos de um plano de trabalho não são aquilo que se vai dar ao aluno como atividade, mas sim o que se espera dele como resultado da aprendizagem” (Negrine apud Mello; Bracht, 1992, p. 06).

Nesta pesquisa também perguntei aos professores de Educação Física da escola investigada, quais os conteúdos que trabalham em suas aulas. Constatei, tanto nas falas, como na observação direta das aulas, que eles priorizavam basicamente o esporte, através das seguintes modalidades esportivas: Voleibol, Futebol, Handebol, principalmente o futebol para os meninos e o handebol para as meninas. Tal evidência fica clara nas seguintes falas:

No início do ano eu trabalhei com exercícios físicos, aí a gente passa para o esporte propriamente dito, que é o Handebol, o Vôlei, o Futsal, são estes conteúdos que a escola oferece. (Marcos)

Nas nossas aulas, aqui, de toda esta experiência de 25 anos, é o futebol, tanto de campo, como o futebol sete, como o futebol de salão para os meninos, e para as meninas, eu vejo assim, que a grande maioria gosta do handebol. (Luiza)

O professor Pedro demonstrou interesse em trabalhar outras modalidades esportivas, como, por exemplo, o basquetebol, mas como não existe mais a tabela no ginásio, nem bola, então os conteúdos ficaram restritos às três modalidades esportivas.

A professora Petita também disse trabalhar em suas aulas além dos três esportes acima citados, jogos recreativos, pré-desportivos, jogos de integração e socialização, bem como iniciação ao atletismo. Ao observar suas aulas, percebi que essa professora realmente procura diversificar os conteúdos, considerando outras atividades também importantes, não dando ênfase somente ao esporte.

Nesta categoria que faz referência aos conteúdos trabalhados na Educação Física, constatei a predominância do esporte, como consenso de todos os entrevistados. Nesse sentido, acho importante refletir a respeito desta questão.

A atual hegemonia esportiva presente na Educação Física Escolar, foi alcançada num processo gradativo a partir de sua incorporação no contexto escolar, em meados da década de 50, e fomentada a partir dos anos 70 do século XX. Realmente, não é de hoje que o esporte vem sendo difundido por intermédio das aulas de Educação Física.

Segundo Bracht (1992, p.47), é importante citar que no Brasil pós-64, as justificativas para legitimar a Educação Física na Escola são as seguintes:

a) contribuição para o desenvolvimento da aptidão física e para a saúde; b) contribuição para o desenvolvimento integral da criança e, neste sentido, a contribuição



(específica) da Educação Física era principalmente sobre “o domínio psicomotor” ou “motor”; c) contribuição para a massificação esportiva e detecção de talentos esportivos (a famosa base da pirâmide); d) a Educação Física trata de dimensões do comportamento humano que são básicas: o movimento e o jogo.

Ao observar as falas dos professores de Educação Física, estes formados na década de 70 do século XX, foi possível perceber que a graduação ofereceu uma preparação voltada principalmente para o esporte.

O esporte e a Educação Física muitas vezes são confundidos, mas é admissível dizer que o esporte por si só não é considerado educativo, a menos que seja “pedagogicamente transformado” (Kunz, 1989, p.69), pois se torna um reflexo daqueles que o praticam, ou seja, cada um desfrutará do esporte da forma como lhe foi apresentado.

Na transformação didático-pedagógica dos esportes, conforme Kunz (1998), os esportes são pensados e ensinados de forma que não priorizem os gestos técnicos ou competitivos, e sim valores que contribuem para a formação de sujeitos críticos e emancipados através de experiências bem sucedidas, que permitem ao aluno “compreender-o-mundo-pela-ação”. Esta proposta possibilita a participação ativa, reflexiva e criativa dos alunos, tomando o esporte como conteúdo legitimado na Educação Física Escolar.

Dessa forma, cabe à escola, então, ao tratar do esporte, produzir outras possibilidades de se apropriar dele – é o processo de escolarização do esporte (Vago, 1996) - e, com isso, influenciar a sociedade para conhecer e usufruir dele de outras formas. Segundo o referido autor, a escola pode, por exemplo, problematizar o esporte como fenômeno sociocultural, construindo um ensino que se confronte com aqueles valores e códigos que o tornaram excludente e seletivo, que consiste no esporte valorizado pela mídia, com fins no rendimento e na descoberta de talentos esportivos, para dotá-lo de valores que privilegiem a participação, o respeito

à corporeidade, o coletivo e o lúdico. Agindo assim, a escola produzirá uma outra prática cultural de esporte.

Outra questão que considero importante ressaltar é o que consta nos Planos de Estudo da escola onde aconteceu a pesquisa, no que diz respeito aos conteúdos de ensino:

Não se trata de uma relação de conteúdos que o professor “tem que passar para a turma”, nem tampouco, cria-se a exigência, de que sejam trabalhados na sua integralidade. A quantidade vai depender do nível de competências anteriores do educando, dos objetivos que o professor propõe para cada turma (Planos de Estudo, p.02).

Ao observar os planos de estudo da Educação Física, percebi que a afirmativa acima transcrita não é condizente com o que contém nos referidos planos, pois neles não consta nenhum objetivo proposto para as turmas do Ensino Fundamental a serem alcançados através do componente curricular Educação Física, somente uma listagem de conteúdos e nada mais. É pertinente destacar a colocação feita por Canfield (1996, p.23):

Se nós, professores de Educação Física, não temos presente o(s) objetivo(s) da Educação Física, quem os terá? Como queremos que ela venha a ser reconhecida pelos outros? Nós temos que acreditar na nossa profissão, saber por que ela é importante na vida das pessoas! Não podemos reduzir o nosso papel de educadores, ao de simples instrutores.

Os professores de Educação Física, quando questionados sobre a participação na construção da Proposta Pedagógica da escola, tiveram opiniões diversas (2 entrevistados responderam que não e 2 que sim), não ficando claro se participaram ou não. Isto fica evidente nas seguintes falas:

Não, eu não participei. (Marcos)

Eu não me lembro, este projeto atual, quer dizer, a gente participou. (Petita)

Nós aqui da escola sim, todos nós. (Luiza)

A participação do professor na construção da proposta pedagógica está bem clara na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9394/96), quando descreve, no artigo 13, que os “docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” e no artigo 14, alínea I “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola”. Percebi, no entanto, que alguns professores participantes dessa pesquisa não tiveram o devido comprometimento na construção da Proposta Pedagógica da escola, pois dizem que não lembram ou não participaram desse processo. Tal constatação me leva a crer que existe um certo conformismo com essa situação e os professores não participando diretamente da construção desse Projeto, perderam a oportunidade de manifestar suas idéias, objetivos, sugestões e propostas para a Educação Física na escola.

Com a análise desta categoria, constatei que os professores trabalham o esporte como conteúdo de suas aulas. Tal conteúdo é desenvolvido de uma forma em que os alunos, muitas vezes, não imaginam o porquê da sua prática e no que aquilo vai repercutir em sua vida. E isso não é o que se espera do esporte da escola, pois conforme Kunz (1989, p.65),

A tematização do esporte nas aulas de Educação Física deve ser no sentido dos educandos poderem entender, compreender este fenômeno sócio-cultural, o que não pode acontecer somente pela sua ação, mas principalmente pela ação reflexiva.

É importante salientar que os conteúdos só terão uma significação humana e social se sua forma de transmissão/apropriação também o for. O professor ao escolher os conteúdos deveria levar em conta não somente a herança cultural que se manifesta nos conhecimentos e habilidades, mas

também na experiência da prática social vivida pelos alunos, isto é, nos problemas e desafios existentes no contexto em que vivem. Tal situação, no entanto, não foi percebido na fala dos professores nem na observação direta das aulas, o que se percebe é um incentivo do esporte na escola, praticado de uma forma recreativa, sem fins pedagógicos.

### **Planejamento das Aulas dos Professores de Educação Física**

Nesta categoria abordo a questão do planejamento das aulas de Educação Física dos professores que atuam de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, em uma escola Pública de Santa Maria (RS).

Considerando que o planejamento está presente nos mais variados setores da atividade humana, é oportuno questionar: por que e para que planejamos? Em resposta a estas perguntas, Haydt (2000) afirma que o trabalho planejado contribui para atingir os objetivos desejados, superar dificuldades, bem como controlar a improvisação. E acrescenta, ainda, que o planejamento do professor é uma atividade importante e necessária, porque tem como função prever dificuldades que podem surgir durante a ação docente, para poder superá-las com economia de tempo; evitar repetição rotineira e mecânica das aulas; adequar o trabalho didático aos recursos disponíveis e às reais condições dos alunos; adequar os conteúdos, as atividades e os procedimentos de avaliação aos objetivos propostos; garantir a distribuição adequada do trabalho em relação ao tempo disponível.

A Educação Física enquanto atividade profissional nas escolas vem impregnada de prática pedagógica, prática esta que acontece numa diferenciação de papéis, assumidos pelos professores e alunos, que devem acontecer em direção ao objetivo por eles desejados (Canfield, 1996).

Ao fazer referência sobre o planejamento, é preciso mencionar os objetivos, os conteúdos e a avaliação, pois estes são os elementos que compõem o planejamento. Conforme Canfield (1996, p.21), “alguns destes elementos, muitas vezes, não estão claros para os professores, assim como a interdependência que existe entre eles”. E a autora complementa que o planejamento deve ser visto como uma diretriz maior, a “coluna vertebral” do trabalho do professor, que no seu decorrer poderá sofrer alterações, adaptações, adequações.

Segundo Fusari (1989), faz parte da competência teórica do professor, e dos seus compromissos com a democratização do ensino, a tarefa cotidiana de preparar suas aulas, o que implica ter claro, quem é o seu aluno, o que pretende com o conteúdo, como inicia rotineiramente suas aulas, como as conduz. A aula, no contexto da educação escolar, é uma síntese curricular que concretiza, efetiva, constrói o processo de ensinar e aprender.

No planejamento de aula, o professor especifica e operacionaliza os procedimentos diários para a concretização dos Planos de Ensino. Portanto, planejamento de aula “é a seqüência de tudo o que vai ser desenvolvido em um dia letivo. (...). É a sistematização de todas as atividades que se desenvolvem no período de tempo em que o professor e o aluno interagem, numa dinâmica de ensino-aprendizagem” (Piletti, 1995, p.72).

Nesta pesquisa perguntei aos quatro professores de Educação Física se consideram importante o planejamento. Todos afirmaram que sim. Eis o que diz o professor Pedro:

É importantíssimo o planejamento, não podemos construir nada no ar, tem que ter uma base, uma seqüência do trabalho, essa seqüência não pode ser confundida, se perder uma seqüência dos fundamentos, do nível da turma, retoma o respeito individual isso eu considero importantíssimo, que se respeite o indivíduo como aluno, nas suas condições físicas, as suas características físicas, enfim, cada pessoa é uma pessoa,

não podemos colocar todas num mesmo padrão e querer exigir uma nota, porque igualar pelo melhor que tem melhor condição física, e os outros que não nasceram assim?

Compreender a importância do planejamento escolar e do Plano de Aula, pode ser um instrumento orientador da atividade docente, ou seja, a compreensão e a competência político-pedagógica do professor, aliada a sua atuação, deve ultrapassar os limites de seu plano. Conforme Fusari (1989), uma ação competente, consciente e crítica do professor caminha na direção da transformação da realidade, a partir das reflexões vivenciadas no planejamento e nas propostas dos Planos de Estudos.

Segundo Padilha (2001, p.63), realizar planos e planejamentos educacionais e escolares, organizando a educação, significa para o professor exercer uma atividade engajada, intencional, científica, de caráter político e ideológico e isento de neutralidade.

A aula é um acontecimento socialmente regulamentado, no qual professores e alunos constroem situações de ensino e aprendizagem. Para abordar o Planejamento de Aula na Educação Física apresento a Concepção de Aula Aberta proposta pelo Grupo de Trabalho Pedagógico da UFPe e UFSM<sup>10</sup>(1991) e a Concepção de Aulas Abertas a Experiências proposta por Hildebrandt & Laging (1986).

O grupo de Trabalho Pedagógico da UFPe e UFSM (1991, p.39) apresenta, através do quadro a seguir, concepções alternativas de aulas de Educação Física, ou seja, uma concepção em confronto com a outra.

---

<sup>10</sup> O grupo de professores da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal de Santa Maria (RS) publicaram o livro intitulado Visão Didática da Educação Física, no ano de 1991.

## Concepções Alternativas de Aula de Educação Física

### Aulas Orientadas

<u>No Professor</u>	<u>No Aluno</u>
Nas aulas orientadas no professor, ele é o centro da configuração da aula, com um monopólio absoluto do planejamento e da decisão. Ele decide em definitivo o que faz e como se avalia.	Nas aulas orientadas no aluno, o professor abandona o seu monopólio absoluto do planejamento e da decisão e oferece aos alunos espaços substanciais de ação e decisão. Nas aulas, os alunos podem apresentar suas imagens, idéias e interesses, com respeito ao movimento, aos jogos e esporte, para participar na decisão sobre planejamento e realização da aula.
<u>No Produto</u>	<u>No Processo</u>
A aula orientada no produto é dirigida para um melhoramento do movimento técnico, das capacidades táticas e do nível da capacidade específico-esportiva. A aula é interessante para o professor, que só espera alcançar mais rapidamente possível e sem muitas dificuldades o objetivo do movimento técnico.	Na aula orientada no processo, o andamento da aula e as ações desenvolvidas é que estão no centro do interesse didático e, com isso, o modo pelo qual os alunos têm relação conjunta e relação com a matéria esporte.
<u>Nas Metas Definidas</u>	<u>Nos Problemas</u>
A aula orientada nas metas definidas é construída para conseguir objetivos de aprendizagem bem definidos, que são formulados como atitudes motoras que os alunos devem realizar. Para alcançar a meta, os caminhos da aprendizagem já estão especificados e as formas de organização da aula, também. O professor só deverá realizá-la. No final da aula há uma avaliação da aprendizagem, na qual o sucesso da aula é julgado.	A aula orientada nos problemas tem origem numa situação problemática. Por exemplo criar um jogo com uma situação apresentada pelos alunos na aula ou com um problema resultante da própria aula. O importante é que as soluções não são fixadas pelo professor. Os alunos devem criar, experimentar e avaliar conjuntamente e com a ajuda do professor as várias possibilidades de solução.
<u>Na Intenção Racionalista</u>	<u>Na Comunicação</u>
A aula orientada na intenção racionalista é determinada pelo planejamento, organização e orientação rigorosa das ações. Todas as ações do professor servem para dirigir e alcançar o objetivo da aula rapidamente e sem problemas.	A aula orientada na ação comunicativa tem um interesse didático na comunicação entre os alunos e o professor. Nesta aula, o professor renuncia o monopólio do planejamento e será apenas um orientador do aluno. Com isso, os alunos podem integrar suas idéias, necessidades e impressões na aula e discuti-las com o professor.

Para resumir e ordenar os diversos tipos das concepções de aulas de Educação Física, o grupo de Trabalho Pedagógico UFPe-UFSM diferenciou em dois tipos: concepção de aulas fechadas e concepção de aulas abertas.

Uma aula é considerada fechada quando os conteúdos são definidos sistematicamente e se orientam em formas de comportamento estáveis; quando o ensino é entendido só como instrução ou ensino formal. Sob esta concepção, a aula é orientada no professor; no produto; nas metas definidas e na intenção racionalista.

A concepção de aulas abertas é orientada no aluno; no processo; na problematização e na comunicação. Neste tipo de aula o professor admite que os educandos são pessoas que sabem atuar juntas, que podem apresentar suas opiniões e realizar suas experiências, que resultam das suas histórias individuais e da vida cotidiana.

Os professores de Educação Física entrevistados foram questionados, nesta pesquisa, quanto ao planejamento das aulas. Percebi na fala da professora Petita que existe a preocupação em planejar as aulas de Educação Física em função da realidade do aluno.

As minhas aulas eu sempre acho que tem que ser planejada em função da realidade do aluno, não adianta a gente fazer um projeto antes de dar aula, ou fazer um projeto nas férias, pensar em fazer um projeto maravilhoso, daí a gente vai dar aula, não é nada daquilo. Então a gente tem que fazer o projeto baseado na realidade, e tem que ter muita atitude na hora da gente estar dando aula, a gente tem que ter alguma coisa para resolver problemas que acontecem na hora, ali, uma carta na manga.

Esta colocação feita por Petita aproxima-se da concepção de uma aula aberta, em que o professor não a planeja antecipadamente, mas conhecendo a realidade do aluno, problematiza situações que possibilitem a sua participação na decisão e realização da aula.



Considerando que o planejamento é de fundamental importância para o aproveitamento da aula, e reforçando a concepção da aula aberta para o ensino da Educação Física, destaco, também, a proposta de Hildebrandt & Laging (1986): *Abordagem da Concepção de Aulas Abertas a Experiências*, objetivando discutir a importância do planejamento no ensino da Educação Física.

Hildebrandt & Laging (1986) afirmam que uma aula de Educação Física aberta às experiências configura-se em um método de ensino que não se focaliza somente no ponto de vista do professor, mas permite que o aluno participe na organização das aulas, na escolha das atividades, contribuindo com suas experiências (trazidas de casa, da rua, da comunidade, da escola) visando a aquisição, por parte do aluno, de competências como a autonomia, a independência, a criticidade, a criatividade. Neste tipo de aula o objetivo é planejar, desenvolver e avaliar aulas de Educação Física que contribuam para o desenvolvimento de competências para a emancipação humana.

Através da fala da professora Luiza foi possível perceber que as suas aulas se aproximam da proposta da *Concepção de Aulas Abertas a Experiências*.

Bom, eu sempre assim, quando eu chegava na aula, nós conversava, aí eu passava, o que vocês gostariam da Educação Física? Aí todos, ah, nós gostaria de pular, de correr, de jogar bola, de amarelinha, e aí citavam o que queriam. E os guri, há eu quero jogar futebol. Então eu tinha assim um esboço do meu planejamento durante o ano (...). Então nós começava, iniciava assim essa aproximação aluno/professor. (Luiza)

O professor, nesta proposta de aulas abertas, tem um importante papel, pois tem como tarefa facilitar espaços de diálogo nas aulas, oferecendo aos alunos possibilidades de ação, decisão, trocas e reflexões sobre os conteúdos de ensino, buscando ampliar seu mundo de movimento

e enriquecer suas experiências e vivências. O ensino aberto na Educação Física é possível, porém o que tem faltado a alguns professores é a clareza sobre esse tipo de ensino, ou iniciativa para utilizar uma metodologia que proporcione a participação ativa e reflexiva dos alunos em aulas desse componente curricular.

Os quatro professores de Educação Física disseram haver possibilidade de diálogo em suas aulas. Isso fica evidente nas seguintes falas:

A Educação Física é uma disciplina que oferece esse diálogo, esta abertura, então é muito importante, é muito legal mesmo .(Marcos)

Essa mesma idéia aparece na fala da professora Petita:

Eu sempre estou conversando com eles, eu sempre me dei bem com aluno e eles dizem o que eles querem. Ah professora! Hoje não quero fazer isso, quero fazer aquilo.

A observação das aulas desses professores me possibilitou verificar que existe um diálogo entre professor/aluno, aluno/professor, aluno/aluno. Isso é importantíssimo, pois, as relações entre educador e educando não podem ser fora do diálogo, uma vez que este é a condição para que os saberes de ambos possam ser trocados e, acima de tudo, problematizados e superados.

O diálogo também é fundamental para que os educadores aprendam a respeitar as experiências dos educandos, a confiar na capacidade do outro, como aquele que pode, com esperança e alegria, transformar a realidade, pois como diz Freire: “o diálogo é o encontro amoroso dos homens que mediatizados pelo mundo, o pronunciam, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos.” (1999, p.43).

Um dos aspectos que pude perceber em relação ao planejamento das aulas dos professores de Educação Física, é o que Marcos afirma:

O planejamento é importante, dentro da realidade da escola, a gente faz muitos anos que está dentro da prática da Educação Física exerce esta função, é muito fácil, é simples a gente sai de casa pensando no que vai exercer e chega na hora não tem problema porque já está bastante trabalhado os conteúdos.

A afirmação feita por Marcos demonstra que para ele os conhecimentos adquiridos na prática educativa parecem dar conta das situações de ensino e aprendizagem nas aulas de Educação Física. Interpretei a fala deste professor como a não realização de planos por escrito e, como consequência, a substituição do planejamento de aula pelo argumento de organização das atividades. Segundo Bossle (2003, p.198), poderíamos pensar planejamento e organização como formas distintas na prática educativa. Enquanto o planejamento pressupõe uma ação intencional vinculada a um Projeto Pedagógico que visa orientar o processo de ensino e aprendizagem, a organização, por sua vez, representa uma forma que os professores de Educação Física utilizam, em suas ações, para atender às demandas da aula, em que utilizam suas competências e conhecimentos construídos ao longo da carreira docente.

O professor Pedro se refere ao planejamento de suas aulas através da seguinte colocação:

Eu já mais ou menos conheço as turmas e sei da sua necessidade, da sua ansiedade, então eu procuro mais ou menos direcionar na expectativa daquela turma, para que não vá contra a vontade daquela turma, porque cada turma tem uma vontade maior de um determinado esporte, claro que não se abandona os outros, aos poucos vai se introduzindo outro, fazendo ver que também há necessidade de outra, e não só daquela que eles gostam, ah... mas eu não gosto de fazer isso,

não...Mas quanta coisa que a gente faz e não gosta e tem que fazer, claro que não vamos obrigar ninguém, sempre dentro de um prazer, na busca de um bem-estar, de um prazer, o esporte deve ser prazeroso, isso sim.

A fala do professor Pedro vem ao encontro do que percebi nesta escola, que muitas aulas de Educação Física ficam restritas à prática de um esporte. Para Canfield (1996, p.24), “um esporte é visto como conteúdo da Educação Física, só que, para que venha a ter valor, tem que ter, por trás de sua prática, um objetivo, que não seja o de simples prática”. É pertinente dizer que, através do esporte, muitas virtudes podem ser trabalhadas e, conseqüentemente, diversos objetivos podem ser alcançados, pois o “movimento que a criança realiza num jogo tem repercussões sobre várias dimensões do seu comportamento” (Bracht, apud Rangel-Betti, 1997, p.39). E sabendo-se dessas repercussões, diversas situações do cotidiano social do indivíduo podem ser trazidas para a escola e, pedagogicamente, trabalhadas de forma a serem compreendidas e proporcionarem maneiras, através das quais, o aluno poderá atuar no contexto em que vive.

Outro ponto que considero importante ressaltar, é que questionei os professores de Educação Física quanto ao planejamento das aulas no início da docência. Eles assim se expressaram:

Era mais difícil, a gente se preocupava muito, tinha pouca experiência, tinha medo que saísse errado, então a gente se preocupava muito. (Marcos)

Era mais metódico, mais organizado, claro pela própria confiança que a gente adquire com os anos de experiência, a gente já tem aquilo mais pronto na mente. (Pedro)

Quando eu me formei eu ensaiava, eu fazia, eu me preparava, contava no relógio, deu tempo não deu, sempre deixava na manga uma coisinha diferente, então tu ensaiava. Agora não. (Luiza)

Observei no relato dos professores Marcos, Pedro e Luiza, respectivamente, que quando iniciaram sua atividade docente, tinham uma maior preocupação com a preparação das aulas, comparando-se com os dias atuais, isso provavelmente, segundo esses professores, pela pouca experiência e segurança em ministrar suas aulas. Conforme Gauthier (1998, p.207),

Os professores novatos e os mais experientes não procedem da mesma maneira quando elaboram seu planejamento. Os segundos dedicam geralmente menos tempo a tal atividade do que os primeiros. Eles constroem planos incompletos, baseados na sua experiência e se preocupam com o fluxo de atividade para um período relativamente longo (a semana), contrariamente aos novatos que planejam a curto prazo, isto é, por aula.

Com relação às colocações dos entrevistados, questiono se a não sistematização do planejamento das aulas de Educação Física não se dá por certo comodismo, ou por acharem que por dominar o conteúdo dispensam o planejamento. Segundo Martins Junior (2002, p.52), na preparação das aulas,

Poucos são os professores que modernizam os conteúdos, os processos e os objetivos, ministrando todo os anos o mesmo assunto, sem seguir um planejamento definido e se esquecendo muitas vezes de que a aula é um momento, uma atividade, uma mensagem, um espaço aberto para o estudo e para a reflexão e que, por estes e outros motivos, necessita de um planejamento adequado.

As professoras Augusta e Joana, que fazem parte da Equipe Diretiva, colocaram que o planejamento do professor de Educação Física na escola é voltado para a questão do esporte. No entanto, a professora Sabrina afirma que

Nós, aqui da Supervisão geral da escola, não temos participado deste planejamento porque existe uma

supervisão só da Educação Física e não há uma participação conjunta, por mais que se tenha buscado não houve, pelos menos neste ano de 2003, a participação.

Através desta fala percebi que existe uma transferência de responsabilidades na questão de cobrar o planejamento das aulas de Educação Física na escola. Constatei que a Supervisão Pedagógica delega ao Coordenador de Área a incumbência de acompanhar e orientar o professor no planejamento de suas aulas, o que, no entanto, não acontece. O coordenador de área deixa a critério do professor planejar suas aulas, e este, por sua vez, permite que os alunos escolham o que querem fazer nas aulas de Educação Física, caracterizando a não sistematização do planejamento.

Conforme Vasconcellos (2002), cabe à Supervisão e Coordenação Pedagógica da escola a cobrança de tarefas aos docentes. Para o referido autor, a introdução da Supervisão Educacional trouxe para o interior da escola a “divisão social do trabalho”, isto é, a divisão entre os que pensam, decidem, mandam, e os que executam. O Supervisor Educacional assumia o papel de técnico que lhe é exigido, de controle autoritário da dinâmica escolar e integrante indispensável da burocracia da escola. Porém o autor ressalta que, nos dias de hoje, existe uma definição positiva para a Coordenação/Supervisão Pedagógica, que é estabelecer a articulação do projeto pedagógico da escola, organizando a reflexão, a participação e os meios para concretizá-lo, e nesse sentido cabe à Supervisão/Coordenação orientar e dar subsídios ao professor para o planejamento das aulas.

Através das falas dos entrevistados e da observação direta de suas aulas, percebi que o professor de Educação Física se organiza para, durante um determinado período de tempo (aula), dar conta do trabalho de atender determinado número de alunos (turmas). Neste movimento cotidiano dos professores, conforme Bossle (2003), não significa

necessariamente que houve intencionalidade de construção de conhecimento, enquanto que, no planejamento, a intencionalidade educativa é um pressuposto. Portanto, organizar pode ser compreendido de forma diferente do que planejar.

A ausência de um processo de planejamento de aula nas escolas, aliada às demais dificuldades enfrentadas pelos docentes no exercício do seu trabalho, tem levado a uma contínua improvisação pedagógica nas aulas.

Buscando mudar essa realidade, concordo com Fusari (1989) quando afirma que é necessário considerar os seguintes aspectos quando se fala em transformação da realidade do planejamento do ensino nas escolas: garantir espaços nos quais os docentes possam reunir e discutir o próprio trabalho, problematizando-o, como um meio para o seu próprio aperfeiçoamento; transformações sérias nos cursos que formam educadores, procurando garantir uma formação profissional competente e crítica, na qual conhecimentos, atitudes e habilidades sejam trabalhados de forma articulada e coerente, visando formar um educador comprometido com a democratização da escola e da sociedade brasileira; a categoria dos profissionais da Educação deve conquistar e propor uma política para formação dos educadores em serviço, de acordo com as necessidades da prática docente, como um processo efetivo de permanente aperfeiçoamento profissional.

Ressalto, nesta pesquisa, a importância de um ensino com planejamento, com objetivos bem elaborados e metodologia de aula orientada por eles. Para Hildebrandt & Laging (1986), os caminhos, durante a aula, serão trilhados de acordo com as reações dos alunos, pois assim eles terão novas experiências, poderão deter-se mais em algumas etapas que julgarem necessário e refletir sobre como prosseguir. O aluno chegar a essas reflexões constitui-se em uma das principais tarefas do professor, para que juntos busquem novas perspectivas de planejamento.

Segundo Luckesi (1994), o planejamento é um modo de ordenar a ação considerando os fins desejados, tendo por base conhecimentos que dêem suporte objetivo à ação, e complementa que se assim não o for, o planejamento será um “faz-de-conta” de decisão, porque não servirá em nada para direcionar a ação do professor.

O processo de planejamento, bem como seus desdobramentos em elaborar, vivenciar, acompanhar e avaliar planos, é o próprio espaço da prática pedagógica do educador. Diante disso, no momento em que o professor de Educação Física planeja suas aulas, é preciso que pense em todos os componentes do processo de ensino e aprendizagem – professor, alunos, objetivos, conteúdos, avaliação, interação professor/aluno – como uma totalidade na qual cada um dos elementos influi sobre os demais, e todos eles dão o direcionamento na formação que a escola deseja oferecer aos seus alunos.



## CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

Nessa parte da dissertação que intitulo de Considerações Transitórias não cabem conclusões definitivas, mas reflexões que pretendem provocar novos questionamentos a respeito do tema aqui abordado, possibilitando, assim, discussões a partir de perspectivas mais amplas, ou seja, em outras escolas, com outros professores em outras redes de Ensino e em outras realidades.

Este estudo buscou investigar como os professores de Educação Física do Ensino Fundamental de uma Escola Pública de Santa Maria (RS) compreendem o planejamento de aula e como o aplicam na sua prática educativa. Portanto, as considerações realizadas a partir da descrição apresentação, interpretação e análise das informações obtidas delimitam um campo de investigação e sujeitos muito específicos, não objetivando a generalização dos resultados encontrados.

A Educação Física Escolar, para os professores participantes desta pesquisa, é entendida sob várias perspectivas que em alguns momentos se entrelaçam revelando diferentes funções e objetivos a ela atribuídos. As diferentes compreensões de Educação Física se refletem na prática pedagógica desses professores, necessitando uma discussão mais aprofundada sobre as várias propostas de Educação Física que existem atualmente e que foram abordadas no referencial teórico desta pesquisa.

Compreendo que os professores de Educação Física, sujeitos deste estudo, já deixaram os bancos acadêmicos há bastante tempo, mas a literatura referente às tendências crítico-superadora e crítico-emancipatória e as concepções de aulas abertas às experiências, as quais tenho conhecimento e por isso acredito e defendo, pois buscam a emancipação e

participação crítica e reflexiva do aluno em aulas de Educação Física, não são tão recentes. O que percebo é um desconhecimento por parte dos professores, ou até mesmo falta de vontade para desacomodarem-se dessa situação e ir em busca de outros elementos que fazem parte da cultura corporal, que não seja somente o esporte.

Na escola onde realizei esta pesquisa, a Educação Física, através do esporte, contribui, segundo os professores entrevistados, para a socialização do aluno, para a promoção da saúde e para o desenvolvimento de algumas habilidades motoras. Os conteúdos desenvolvidos nas aulas de Educação Física são restritos aos esportes, colocados aqui em ordem de importância: Futsal, Handebol e Voleibol, trabalhados em todas as séries finais do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série), aumentando gradativamente o grau de complexidade. A prática dos esportes pelos alunos é uma forma recreativa, isto é, deixar os alunos praticarem os esportes livremente, não caracteriza uma atividade pedagógica. A maneira como o conteúdo é abordado pelo professor, pode ou não contribuir para a identidade emancipada dos alunos, que acredito ser um dos papéis da Educação Física Escolar.

Foi possível observar, através do referencial teórico, que nas duas últimas décadas os estudos em Metodologia da Educação Física têm produzido diferentes propostas pedagógicas para a prática da Educação Física Escolar. No entanto nós, professores, não estaríamos necessitando refletir sobre nossa realidade, lendo e estudando tais propostas? Diante da realidade da escola investigada, quais os conteúdos além do esporte, seriam adequados para a prática da Educação Física?

Entendo que não podemos negar o esporte, pois ele é uma produção cultural, mas não dever ser o único conteúdo a ser trabalhado nas aulas de Educação Física. Devemos proporcionar ao educando, também, a vivência de atividades rítmicas e expressivas, conhecimentos sobre o corpo, atletismo, jogos populares, brincadeiras da cultura popular, bem como criar

e resgatar com nosso aluno atividades que fazem parte da sua própria cultura de movimento.

No que se refere ao planejamento, constatei que os professores participantes deste estudo o consideram importante, no entanto, não fazem por escrito seu plano de aula, não o sistematizam, não valorizando a elaboração de um documento que registre suas atividades docentes. Conforme algumas colocações feitas pelos entrevistados, percebo que o planejamento existe na “cabeça do professor”, que pelos anos de docência e por conhecerem as turmas com que trabalham, sabem o que trabalhar de acordo com os anseios, expectativas e interesses dos alunos. Assim sendo, se o planejamento está ligado ao processo mental de criação, é imprescindível que esses professores tenham o objetivo da aula bem definido.

Não se trata, todavia, de responsabilizar apenas os professores de Educação Física pela ausência de um planejamento por escrito, mas também deveríamos questionar as escolas, e dentro delas a Equipe Diretiva, através da Coordenação e Supervisão Escolar, por que não sensibilizam e não orientam o professor para a importância de planejar suas aulas. Se o professor não percebe a importância desse momento, como vai avaliar algo que não foi planejado? Devemos levar em conta que o planejamento se constitui em uma oportunidade para a reflexão coletiva sobre ações educacionais e de integração de toda a equipe de trabalho.

Acredito ser importante aos docentes que atuam nessa escola, conquistar novos espaços de reflexões, que os possibilitasse debaterem e estudarem sobre a Educação Física Escolar, o que poderia ser iniciado, talvez, pelo conhecimento e leitura dos PCNS, que foram distribuídos a todas as escolas, mas muitas delas ainda não criaram estratégias para discuti-los. Os professores entrevistados em nenhum momento fizeram referência a este documento, que pode trazer contribuições para a sua

prática docente, bem como auxilia-los a construir Planos de Estudos para a Educação Física com objetivos definidos.

Reivindicar a construção coletiva de uma proposta para a Educação Física na escola investigada é uma das alternativas para repensar a prática pedagógica atual. Trabalhar coletivamente significa trocar experiências, refletir sobre os problemas encontrados na prática cotidiana na sala de aula e na escola e tomar decisões em relação a esses aspectos.

O trabalho coletivo dos professores é condição indispensável para que as atividades de sala de aula sejam devidamente planejadas e avaliadas, tendo em vista a direção comum que se pretende dar ao processo de ensino e aprendizagem, exigindo compromisso, participação, cooperação e respeito mútuo por parte dos professores.

A presente pesquisa expõe a realidade de como os professores de Educação Física do Ensino Fundamental, de uma escola pública de Santa Maria (RS), atuam em seu campo de trabalho, ou seja, na própria aula de Educação Física. Vale salientar que as constatações aqui registradas não são restritas apenas ao município de Santa Maria, e muito menos ao Estado do Rio Grande do Sul. Através da minha participação em eventos e congressos apresentando trabalhos, do contato com outros professores durante os doze anos de docência em Santa Rosa e Santa Maria, percebi que esse panorama aponta para o que foi constatado nesta pesquisa.

Contribuindo com o campo educacional, mais especificamente com a Educação Física Escolar, destaco que considero importante ao professor desse componente curricular:

- Conhecer o contexto que os seus alunos vivenciam e as suas histórias de vida para, assim, estabelecer um diálogo mais próximo com eles;

- Através de leituras pedagógicas, buscar um embasamento teórico sólido e consistente, para poder questionar, refletir e reconstruir a direção das suas ações, bem como ter segurança para construir, planejar, executar e avaliar a sua prática pedagógica que é sempre única;

- Buscar novas informações e (re)construir novos conhecimentos, bem como atualização e formação continuada;

- Ser capaz de planejar a própria ação, refletindo sobre sua prática, tendo clareza dos objetivos a que se propõe, avaliando a realidade, convivendo com ela e ajudando os educandos a compreendê-la.

A construção desta dissertação, através das leituras dos referenciais teóricos sobre Educação, Educação Física, Planejamento, Planejamento de Aula, Metodologias de Ensino, bem como a realização e sistematização da pesquisa de campo, proporcionou enriquecer meus conhecimentos sobre a temática do planejamento, mais especificamente a importância do planejamento das aulas de Educação Física, tornando-me uma educadora ainda mais comprometida com a Educação e a Educação Física.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZANHA, José Mario Pires. Proposta Pedagógica e Autonomia da Escola. In: **Seminário o que muda na Educação Brasileira com a nova Lei de Diretrizes e Bases?** São Paulo, 1997. p.32.

BAGGIO, Isabel Cristina. **A Prática Curricular do CEFD/UFMS e o Desenvolvimento das Competências Necessárias aos Futuros Professores de Educação Física para a Promoção da Autonomia em suas Práticas Pedagógicas.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2000.193p. (Dissertação de Mestrado)

BOSSLE, Fabiano. **Planejamento de Ensino dos Professores de Educação Física do 2º e 3º Ciclos da Rede Municipal de Porto Alegre: um Estudo do Tipo Etnográfico em Quatro Escolas desta Rede de Ensino.** Porto Alegre: Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.271p.(Dissertação de Mestrado)

BRACHT, Valter. **Educação Física e Aprendizagem Social.** Editora Magister Ltda, 1992.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CANFIELD, Marta de Salles. Planejamento das Aulas de Educação Física: é necesario? In: Canfield, M.de S.(org). **Isto é Educação Física!** Santa Maria: JtC Editor, p.21-31, 1996.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a História que não se conta.** São Paulo: Papirus,1988.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CORRÊA, Ivan Livindo de Senna. **Educação Física e Currículo: o Planejamento Curricular nas Escolas Públicas Municipais do Bairro Camobi, Santa Maria – RS**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2000. 159p. (Dissertação de Mestrado)

DALMÁS, A. Planejamento Participativo na Escola: Elaboração, Acompanhamento e Avaliação. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

DAMIS, Olga Teixeira. Planejamento Escolar: Expressão Técnico-Política de Sociedade. In: VEIGA, Ilma P. Alencastro (org). **Didática: o Ensino e suas Relações**. 5.ed. Campinas: Papirus, 1996. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. p.171-183.

DAOLIO, Jocimar. Educação Física Escolar: uma Abordagem Cultural. In: Picollo, Vilma (org). Educ. Física Escolar: ser...ou não ter? Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 23.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_. **Das Qualidades Indispensáveis ao Melhor Desempenho de Professores e Professoras Progressistas**. Caderno Pedagógico. Aprendendo/Ensinando Paulo Freire. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, março/2001.

\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 25.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FUSARI, J.C. **O planejamento da educação escolar: subsídios para ação-reflexão-ação**. São Paulo, SE/COGESP, 1989.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder**. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como Prática Educativa**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

GAUTHIER, Clemont. **Por uma Teoria da Pedagogia: Pesquisas Contemporâneas sobre o Saber Docente**. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

GRUPO DE TRABALHO PEDAGÓGICO DA UFPe e UFSM. **Visão Didática da Educação Física: Análises Críticas e Exemplos Práticos de Aulas**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1991.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. 7.ed. Editora Ática, 2000.

HILDEBRANDT, Reiner, e LAGING, Ralf. **Concepções Abertas no Ensino da Educação Física**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.

HILDEBRANDT-STRAMANN, Reiner. **Textos pedagógicos sobre o Ensino da Educação Física**. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

KRUG, Hugo Norberto. **Educação Física Escolar: Temas Polêmicos**. Cadernos de Ensino, Pesquisa e Extensão. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação. Laboratório de Pesquisa e Documentação – LAPEDOC. nº 53, 2002.

KUNZ, Elenor. O Esporte Enquanto Fator Determinante na Educação Física. In: **Revista Contexto e Educação**. Ijuí: Unijuí, ano 4, nº 15, 1989, p.63-73.

\_\_\_\_\_. **Transformação Didático-Pedagógica do Esporte**. 2.ed. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

\_\_\_\_\_. **Educação Física Ensino e Mudanças**. 2º ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. Coleção Magistério 2º grau. Série Formação do Professor.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia e Pedagogos, Para Quê ?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LUCKESI, C. **Planejamento em Geral e Planejamento do Ensino**. Revista da FAEEBA, 2, p.147-152, 1994.



LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, A. S. e CANFIELD, M.S. **O Planejamento das Aulas de Educação Física: Existência e Coerência**. Anais da II Jornada Integrada de Pesquisa, Extensão e Ensino da Universidade Federal de Santa Maria, 1995.

MARQUES, Mário Osório. **Educação/Interlocução, Aprendizagem/Reconstrução de Saberes**. Ijuí: Editora Unijuí, 1996.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. A Educação Física Escolar. In: **Educação Física: conhecimento teórico x prática pedagógica**. Alexandre Shigunov Neto e Viktor Shigunov (org). Porto Alegre: Mediação, 2002.

MELCHIOR, M C. **Avaliação Pedagógica: Função e Necessidade**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

MELLO, Rosângela A. de; BRACHT, Valter. Educação Física: Revisão Crítica e Perspectiva. In: **Revista da Educação Física**. Maringá, nº3, 1992, p.03-11.

MENEGOLLA, M. e SANT'ANNA, I.M. **Por Que Planejar? Como Planejar? Currículo-Área-Aula**. Petrópolis, Vozes, 1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 2.ed.1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO/ SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais- Educação Física**. Brasília, 1999.

MOLINA NETO, Vicente, MOLINA, Rosane K. Capacidade de Escuta: Questões para a Formação Docente em Educação Física. In: **Revista Movimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2002, v.8, n.1, p.57-66.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. In: Revista **Educação**. Porto Alegre, ano XXII, nº37, março 1999, p.7-32.

NEGRINE, Airton. Instrumento de Coleta de Informações na Pesquisa Qualitativa. In: MOLINA NETO, V. e TRIVINÕS.(Org). **A Pesquisa Qualitativa na Educação Física**. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 1999. p.61-93.

PADILHA, P.R. **Planejamento Dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PARRA, Nélio. **Planejamento de Currículo**. Revista Escola, nº 5, São Paulo: Abril, 1975.

PILETTI, C. **Didática Geral**. 19.ed. São Paulo: Ática, 1995.

PIMENTA, Selma Garrido. **Projeto Pedagógico e Identidade da Escola**. **Revista Educação e Formação**. Unitau,1998.

\_\_\_\_. **Saberes Pedagógicos e Atividade Docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

RANGEL-BETTI, Irene C. Reflexões a Respeito da utilização do esporte como meio educativo na Educação Física Escolar. In: **Revista Kinesis**. Santa Maria, nº 15, 1997, p.37-43.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Coletânea de Atos Normativos decorrentes da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Federal e Estadual**. Porto Alegre: Atual, 1998.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Coletânea de Atos Normativos decorrentes da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Federal e Estadual**. Porto Alegre: Atual, 1999.

ROMBALDI, Rosiane de Magalhães. A Avaliação e sua Importância. In: Canfield, M. de S.(org). **Isto é Educação Física!** Santa Maria: JtC Editor, p.33-50, 1996.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. **Comprender e Transformar o Ensino.** 4.ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SARAIVA, Maria do Carmo. **Co-Educação Física e Esportes: Quando a Diferença é Mito.** Ijuí: Editora Unijuí, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação:** LDB – trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editores Associados, 1997.

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação Física Escolar: Conhecimento e Especificidade.** Revista Paulista de Educação Física. Suplemento 2- 1996, p.6-12.

SOUSA, Eustáquia Salvadora; ALTMANN, Helena. Meninos e meninas: Expectativas Corporais e Implicações na Educação Física Escolar. In **Cadernos Cedex**, ano XIX, nº48, agosto 99, p. 52-68.

SURDI, Bernadete. Corporeidade no Tempo Espaço-Escolar. In: **Os Conceitos de Espaço e Tempo na Pesquisa em Educação.** Helena Copetti Callai e Paulo Afonso Zarth. Ijuí: UNIJUI,1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VAGO, Tarcísio M. O “esporte da escola” e o “esporte na escola”: da negação radical para uma relação de tensão permanente-um diálogo com Valter Bracht. In: **Revista Movimento.** Ano 3. nº 5. Porto Alegre, 1996, p.04-17.

VASCONCELLOS, C S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do Projeto-Político Pedagógico ao Cotidiano de Sala de Aula.** São Paulo: Libertad, 2002.

## **ANEXOS**

**ANEXO 1** - Roteiro utilizado para a Técnica de Coleta de Dados:  
Entrevista Semi-Estruturada com os Professores de Educação Física  
que atuam nas séries finais do Ensino Fundamental da Escola Básica  
Estadual Dr. Paulo Devanier Lauda

- 1- Inicialmente gostaria que você falasse das suas experiências escolares enquanto aluno do ensino fundamental e médio.
- 2- Fale sobre o seu curso de graduação, onde você realizou e o ano que concluiu. Por que você optou pela Educação Física?
- 3- Fale também da sua experiência com a prática de ensino, o estágio supervisionado.
- 4- Gostaria que você me falasse se fez algum curso de especialização, ou outro curso, de extensão.
- 5- Descreva a sua caminhada como professor. Há quanto tempo você está no magistério?
- 6- Gostaria que descrevesse a sua chegada nesta escola, há quanto tempo está aqui, e quais eram as suas expectativas no início.
- 7- Fale sobre o seu trabalho aqui na escola, quantas horas semanais, quais turmas, planejamento das aulas...
- 8- Fale como acontece a organização dos conteúdos e atividades a serem desenvolvidas nas suas aulas de Educação Física.
- 9- Quais conteúdos você trabalha ou já trabalhou durante este ano letivo nas aulas de Educação Física?
- 10-Como você elabora/planeja as suas aulas?
- 11-Qual a participação dos alunos nas suas aulas?

- 12- Há possibilidade de diálogo em suas aulas (professor/aluno, aluno/professor, aluno/aluno)?
- 13- Como você percebe o interesse dos alunos pelas aulas de Educação Física? O que poderia estar influenciando o interesse dos alunos?
- 14- Que atividades os alunos mais gostam de realizar nas aulas de Educação Física que você ministra?
- 15- Você sabe dizer o porquê da separação dos meninos e meninas nas aulas de Educação Física, aqui nesta escola?
- 16- Participa de algum projeto além das aulas? Como isso funciona?
- 17- Gostaria que você comentasse sobre as reuniões pedagógicas aqui na Escola. Em que elas contribuem?
- 18- Existe um diálogo pedagógico entre os professores de Educação Física da escola?
- 19- Existe uma proposta construída coletivamente para a disciplina de Educação Física?
- 20- Você tem participado de cursos? Com que frequência?
- 21- Você costuma fazer leituras pedagógicas? Elas têm contribuído para a sua prática pedagógica?
- 22- Descreva esta comunidade onde a escola está inserida. Como você percebe a relação entre a escola e a comunidade?
- 23- Gostaria de corrigir algo que foi dito? Acrescentar ou complementar algo? Muito obrigado.

**ANEXO 2** - Roteiro utilizado para a Técnica de Coleta de Dados:  
Entrevista Semi-Estruturada com a Equipe Diretiva da Escola Básica  
Estadual Dr. Paulo Devanier Lauda

- 1- O que é a Educação Física para você?
- 2- Qual a importância da Educação Física aqui na escola?
- 3- Qual o espaço que a Educação Física ocupa aqui na escola?
- 4- Como você vê o trabalho dos professores de Educação Física da escola?
- 5- O que você sabe sobre o planejamento dos professores de Educação Física aqui da escola?